

Entrevista: Ivano Barberini da ACI

# paraná cooperativo

Ano 2  
Número 14  
Setembro/2005

www.ocepar.org.br



COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

## Semeando riqueza no campo e na cidade

# II Prêmio

# OCEPAR

# de Jornalismo

A responsabilidade social  
e econômica das cooperativas  
no desenvolvimento do Paraná



» Inscrições até

**1º de novembro de 2005**

Matérias publicadas ou veiculadas entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 2005

» Informações

41 352 2276 | imprensa@ocepar.org.br  
www.ocepar.org.br

Iniciativa:



**OCEPAR**  
Sindicato e Organização das Cooperativas  
do Estado do Paraná  
**SESCOOP/PR**  
Serviço Nacional de Aprendizagem  
das Cooperativas

Apoio:



# Alavancando o econômico e o social

**João Paulo Koslovski**  
Presidente do Sistema OCEPAR



**A**ssistimos no País a incapacidade do governo em disponibilizar recursos suficientes para atender as demandas crescentes dos setores produtivos de recursos financeiros para investimentos na agricultura, comércio e indústria. As cooperativas de crédito, uma experiência exitosa há mais de um século no mundo inteiro, apresentam-se como a grande alternativa para suprir tal deficiência.

Apesar de uma participação ainda pequena no bolo dos financiamentos concedidos no País, em torno de 2%, a sua organização em sistemas tem permitido avanços significativos. O apoio recebido do governo FHC e, mais recentemente, no governo Lula, demonstram que o próprio governo está ciente de que as cooperativas de crédito se apresentam como uma das melhores alternativas para suprir os setores da economia com financiamentos. No Paraná, as 53 cooperativas de crédito administraram, em 2004, R\$ 1,5 bilhão em recursos dos quase 250 associados. E, ao final do ano, após as assembléias gerais, devolveram aos associados ou capitalizaram sobras de R\$ 58 milhões.

As cooperativas de crédito cresceram 30% em cooperados e em recursos administrados, apesar das restrições operacionais. Imaginemos, então, seu potencial de crescimento se fossem permitidas aberturas maiores e facilitada a sua capitalização através de programa governamental – em negociação –, para que possam alavancar os financiamentos, à semelhança do que ocorreu em países

como os Estados Unidos. Vivemos um momento no qual os bancos brasileiros têm perdido participação no total do sistema financeiro para os bancos estrangeiros. As cooperativas de crédito, algumas vezes conhecidas como “os bancos das comunidades”, podem equilibrar essa tendência, mantendo aqui nosso capital.

O papel econômico e “social” – isto mesmo, social – que as cooperativas de crédito têm desenvolvido no interior do País é algo maravilhoso. No Paraná, por exemplo, em mais de 40 comunidades, as cooperativas de crédito são a única instituição financeira. E aí é que precisamos da sensibilidade governamental para permitir que as cooperativas prestem os serviços que hoje são vedados, como o pagamento do funcionalismo público e a movimentação de recursos dos municípios e do Estado. É importante dizer que as cooperativas de crédito são entidades prestadoras de serviços bancários, sem fins lucrativos, nas quais o resultado de sua atuação fica nas comunidades onde atuam. Este é mais um motivo para estimular, apoiar e até subsidiar as ações cooperativistas, cujos benefícios se revertem para de milhares de pessoas (os cooperados), diferentemente do que ocorre num banco privado, onde o lucro vai para os acionistas, normalmente formado por pequeno grupo de pessoas, concentrando renda.

O mais importante neste processo é que as cooperativas de crédito crescem de forma disciplinada, organizada, e os sistemas têm rígido acompanhamento de suas centrais, garantindo segurança

ao cooperado. A atuação séria e competente do Banco Central, que as acompanha estabelecendo rígidos sistemas de controle, tem permitido as cooperativas crescerem e ampliarem suas ações junto aos setores econômicos da sociedade. O sistema se profissionalizou, ganhou espaço e a simpatia das comunidades onde atua. O esforço envidado pelos dirigentes das cooperativas de crédito e pelos seus profissionais no desenvolvimento de um sistema moderno, ágil e seguro tem trazido reflexos positivos no seu crescimento.

No entanto, aguardamos do Congresso Nacional e das autoridades federais uma rápida ação no sentido de retirar os últimos entraves que estão impedindo o crescimento livre do setor. O acesso aos recursos do FAT e de outros fundos constitucionais regionais, a atuação com os municípios e o Estado e outras são as principais limitações ao crescimento das cooperativas de crédito. No entanto, é importante que se viabilize um programa permanente que possibilite a capitalização das cooperativas, o que permitirá um avanço enorme para o setor, com benefícios imensuráveis para os associados, que se beneficiarão através de financiamentos a custos mais competitivos.

O caminho está aberto e está sendo pavimentado com muito profissionalismo. Mas é preciso sensibilidade do governo para que o cooperativismo de crédito, este fenomenal instrumento democrático na captação e concessão de recursos, possa ampliar suas ações, favorecendo milhares de cidadãos e promovendo o desenvolvimento para benefício e qualidade de vida das pessoas.

## Alternativa econômica salutar

O tema de capa desta edição vem sendo pensado há muito tempo e o momento é mais do que propício para este destaque, principalmente, diante do importante crescimento do cooperativismo de crédito no Paraná e no Brasil. E ao escrevermos este texto, dois fatos de expressiva importância aconteceram, demonstrando que as cooperativas de crédito trilham um caminho certo e seguro. Primeiro, o governo ampliou de 100 mil para 300 mil o limite da população das cidades onde podem atuar as cooperativas de livre admissão. Segundo, a Assembléia Legislativa do Paraná aprovou, em primeira votação, projeto de lei que permite ao poder público estadual e municipal a operar com as cooperativas de crédito.

É inadmissível que cooperativas de crédito de mais de 40 comunidades, onde não há outra instituição financeira continuem “proibidas” de receber tributos estaduais e municipais, e de efetuar o pagamento dos seus servidores. Essa incoerência burocrática traz prejuízos ao poder público e ao próprio funcionalismo, obrigando-os a movimentar recursos financeiros em bancos localizados a quilômetros de distância em outros municípios. Em pleno século 21, é uma situação absurda e contraproducente.

As cooperativas de crédito não vieram para substituir ou mesmo serem maiores que os bancos. Foram organizadas como alternativa democrática da sociedade para poder obter e administrar seus recursos financeiros através da vantagem da mutualidade, que fez do DG-Bank alemão, do Credit Agricole francês e do Rabobank holandês grandes instituições financeiras, respeitadas no mundo todo.

O sistema de crédito cooperativo paranaense e brasileiro, embora ainda esteja dando seus primeiros passos, já ganhou a simpatia da sociedade do interior e dos grandes centros também.

Boa leitura!

6



**Entrevista: Ivano Barberini, presidente da ACI, acompanhado do conselheiro Américo Utumi, esteve no Paraná e falou sobre cooperativismo no Brasil e no mundo**



10

**Cada vez mais o crédito passa a fazer parte do cooperativismo na cidade e no campo**

17



**OCB: Jornalistas e comunicadores de vários estados se reuniram em Brasília para debater os caminhos da comunicação e do marketing**

**20** Ramo Transporte: Fórum reúne lideranças para debater os principais entraves, entre eles, o vale-pedágio

Diretoria da Ocepar  
2003/2007

**Presidente:**  
João Paulo Koslovski

**Diretores:**  
Alfredo Lang  
Frans Borg  
Luiz Roberto Baggio  
Luiz Lourenço  
José Otaviano de Oliveira Ribeiro  
Sérgio Luiz Panceri  
Luiz Carlos Misurelli Palmquist  
Leocir Sartor  
Almir Montecelli  
Áureo Zamprônio  
Valter Pitol  
Dilvo Grolli  
Edvino Schadeck

**Conselho Fiscal:**  
**Titulares:**  
Jaime Basso  
Miguel Rubens Tranin  
Nelson Canan

**Suplentes:**  
Gaspar de Geus  
Luiz Francisco Gianini  
Antônio Sérgio de Oliveira

**Superintendente:**  
José Roberto Ricken

**Superintendente Adjunto:**  
Nelson Costa

Diretoria do SESCOOP-PR  
2003/2006

**Presidente:**  
João Paulo Koslovski

**Conselho Administrativo:**  
Alfredo Lang  
Guntolf van Kaick  
Josiany de Fátima Rolo  
Luiz Lourenço

**Suplentes:**  
Frans Borg  
Juacir João Wischneski  
Célia Hoffmann  
Sérgio Luiz Panceri

**Conselho Fiscal:**  
**Titulares:**  
Orestes Barrozo Medeiros Pullin  
Eurico Woitowicz  
Gabriel Nadal

**Suplentes:**  
Jacir Scalvi  
Carmen Tereza Sagheti Reis  
Francisco Augusto Sella

**Superintendente:**  
José Roberto Ricken

**EXPEDIENTE**

Revista Paraná Cooperativo - Editada pela Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop-PR. **Coordenação:** Samuel Z. Milléo Fº(DRT/PR 3041). **Redação:** Eloy Setti. **Apoio:** Cleide de Paula. **Fotos:** Imprensa Ocepar. **Conselho Editorial:** João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Laueremann, Leonardo Boesche, Samuel Zanillo Milléo Filho, Eloy Setti. **Diagramação, fotolito e impressão:** Editora Paranaense. **Redação:** Rua Mateus Leme, 575, CEP 80530-010, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 3352-2276 / (41) 3352-2080. **Endereço Eletrônico:** imprensa@ocepar.org.br **Página na Internet:** www.ocepar.org.br. **Capa:** Coodetec/Marcos Piaia. **As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.**

18



**Amigas do Leite: Um dos maiores eventos de gênero do sistema reúne 1.100 mulheres**



22

**Trigo: Safra de dificuldades leva Ocepar propor criação de Frente Parlamentar no Congresso**

33



**Negócios: Dirigentes de cooperativas conhecem projetos irrigados de fruticultura e floricultura no Ceará**

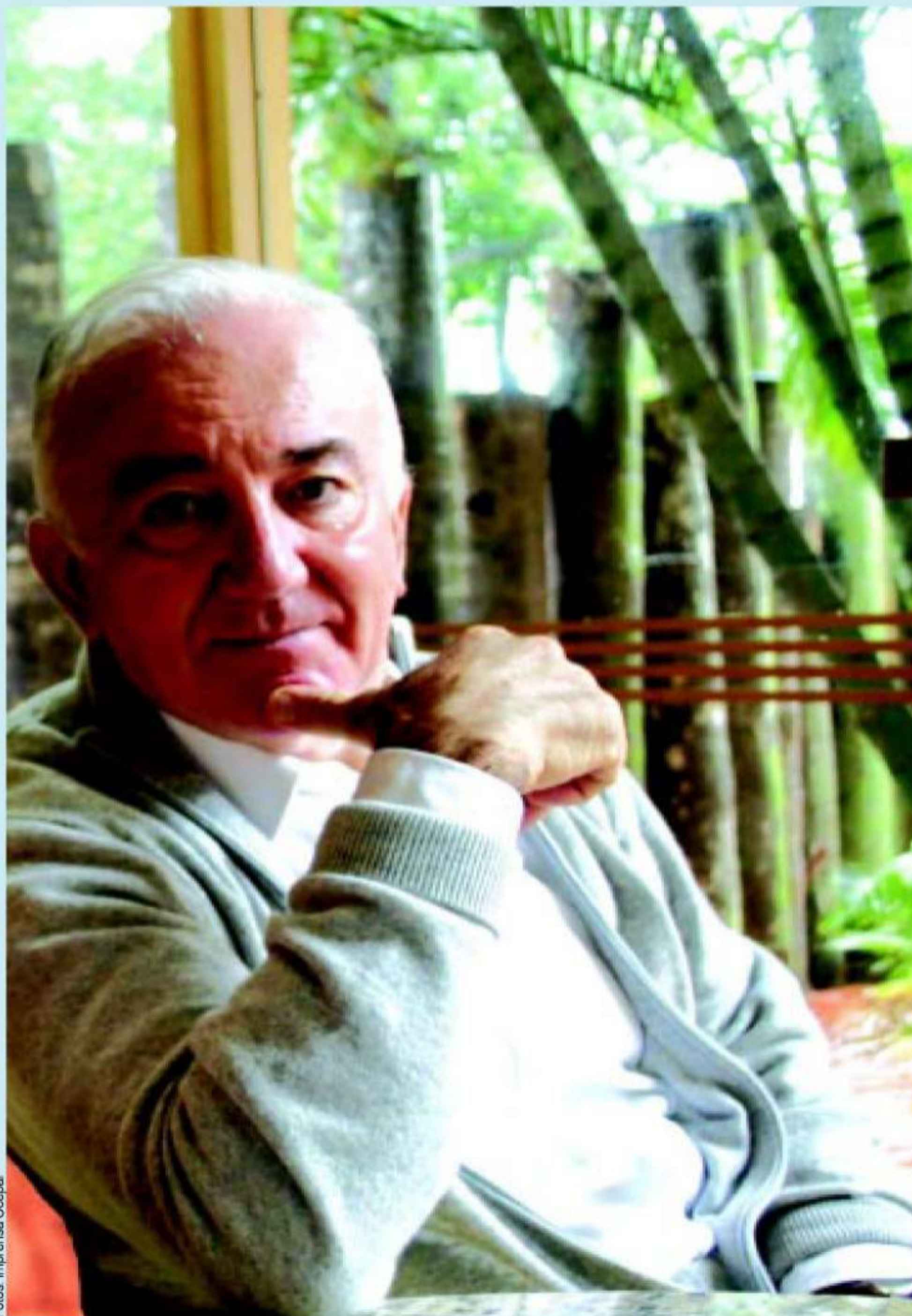
**26** União Européia – Alemanha incentiva preservação sem perder o lado econômico

**29** Lideranças jovens debatem o presente e o futuro durante evento realizado em Curitiba

**Ivano Barberini**

Presidente da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)

# “Brasil: uma grande oportunidade ao cooperativismo”



Formado em Economia, o italiano Ivano Barberini dedicou toda sua vida profissional ao cooperativismo a partir de uma cooperativa de consumo, em Módena, nos anos 60. Participou do processo que unificou 3.300 cooperativas e fechou 7 mil negócios. Foi presidente da cooperativa central, da Aliança Cooperativa de Módena e da Coop Itália (1978 a 1996), quando foi eleito presidente da Lega (Liga Nacional das Cooperativas). Em 2001, substituiu Roberto Rodrigues na presidência da Aliança Cooperativa Internacional. Retornando da Colômbia para visitar cooperativas de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, concedeu entrevista à revista Paraná Cooperativo.

**Qual a avaliação que o senhor faz do seu primeiro mandato como presidente da ACI?** – Nos quatro anos que passaram da assembleia de Seul à assembleia que terminou alguns dias atrás (23 setembro), em Cartagena, na Colômbia, os fatos mais importantes foram a definição de um plano de reestruturação da Aliança Cooperativa Internacional. Levamos adiante um processo de centramento contextual, com valorização da sede central. Em Seul, os problemas que foram postos eram os que nasceram de uma incerteza ainda presente nos processos de construção da ACI na base definida em 1992, quando foi instituída a regionalização, colocada em prática durante quatro anos.

Este processo deu às bases uma maior definição. A assembleia de Seul lançou um grupo de trabalho para levar adiante a reestruturação da ACI, levou em conta também as dificuldades econômicas criadas em virtude de mudanças na organização, substituição e renovação do grupo dirigente do escritório central, que implicou também em custos para a ACI. Isto representou a renovação do grupo dirigente, permitindo construir uma proposta por um grupo de trabalho formado por representantes das várias regiões e depois discutida passo a passo pelo conselho. É decidida cautelosamente, aprovada há dois anos, seguramente direcionado pelas bases.

Há uma situação que sempre deve ser exposta se falarmos de uma cooperativa, de uma organização nacional, da cooperação no seu conjunto ou da Aliança Cooperativa. A que serve tudo isso no século 21? A pergunta da qual partimos para o trabalho é a que serve uma organização global. Isso é um ponto importante, porque da resposta depende o plano de trabalho. A resposta foi positiva e se executou um processo de reestruturação.

A segunda coisa foi a racionalização da ACI, num processo baseado na máxima transparência. Seis meses depois (do início da reestruturação), encontramos uma situação seguramente pior daquela que era conhecida em Seul, com riscos bastante sérios para a sobrevivência da organização. Então, ocorreu um forte apoio por parte de um grupo de organizações cooperativas aderentes à ACI. Foi feita uma nova mudança do diretor geral e do diretor

operativa. Uma grande unidade do grupo dirigente.

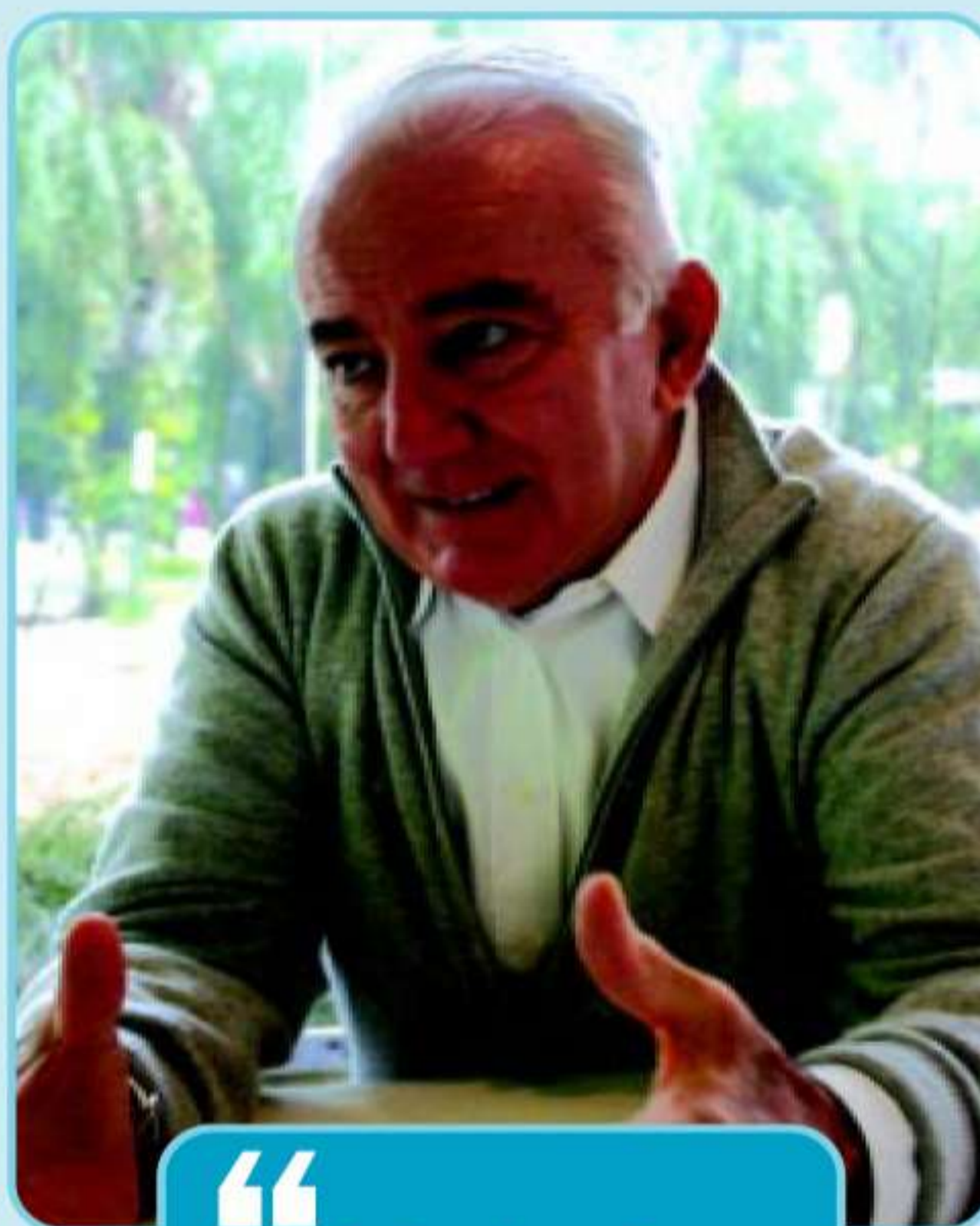
Logo, estes quatro anos têm se constituído em uma espécie de ponte, criando uma condição de ação por um período de dez anos, dando maior estabilidade à ACI e evitando que as discussões se concentrem na dificuldade econômica e na sobrevivência, deixando espaço para as iniciativas. Fruto desse trabalho, obtivemos um reconhecimento internacional muito importante para

o mundo cooperativo todo. A recomendação 193, da Organização Internacional do Trabalho, é o reconhecimento da linha guia por parte do homem e a comunicação por parte da comissão européia, todas a favor da promoção da cooperativa. Temos lançado uma campanha global contra a pobreza, que vejo como uma estratégia na montagem de projetos que concorrem para o alcance dos objetivos do milênio em curso.

**E qual é o programa de trabalho desta gestão que se inicia?** – Quatro anos atrás, havia uma realidade que precisava ser mudada. Quatro anos depois, é uma realidade que deve ser mudada novamente. Este é um processo contínuo e deve-se levar em frente esta questão de renovação da estrutura da Aliança Cooperativa, em favor de uma melhor descentralização regional, e sobre os setores cooperativos, para conhecer melhor as

especificidades das regiões, permitindo que a ACI possa radicar-se melhor no território, manifestando a sua utilidade à união das cooperativas em torno dos objetivos e iniciativas comuns, adequando a estrutura a esta realidade.

Especialmente na Europa, a representação cooperativa deve, em primeiro lugar, afrontar-se, apontar os problemas. Porém, vale também para outras regiões, como a Ásia e a América, que têm suas características. O mesmo na África. Fixamos uma agenda daqui a ▶



“  
**Especialmente na Europa, a representação cooperativa deve, em primeiro lugar, afrontar-se, apontar os problemas.**  
”

financeiro, e que levou a uma gestão muito rigorosa também quanto aos recursos. Creio que hoje se pode dizer que no conjunto, seja no nível global, no escritório central, seja em nível das regiões, há um bom *staff* na Aliança Co-

maio, com base num princípio que permanece fixo: reforçar a presença regional com a global. Reforçar a estrutura global no mesmo momento que se descentraliza a atividade. Depois, temos que levar adiante esta definição de uma organização global descentralizada, como organização democrática, que são os objetivos comuns, claros, e com valores compartilhados. As regras não se aplicam se não houver um compartilhamento de valores e de objetivos gerais.

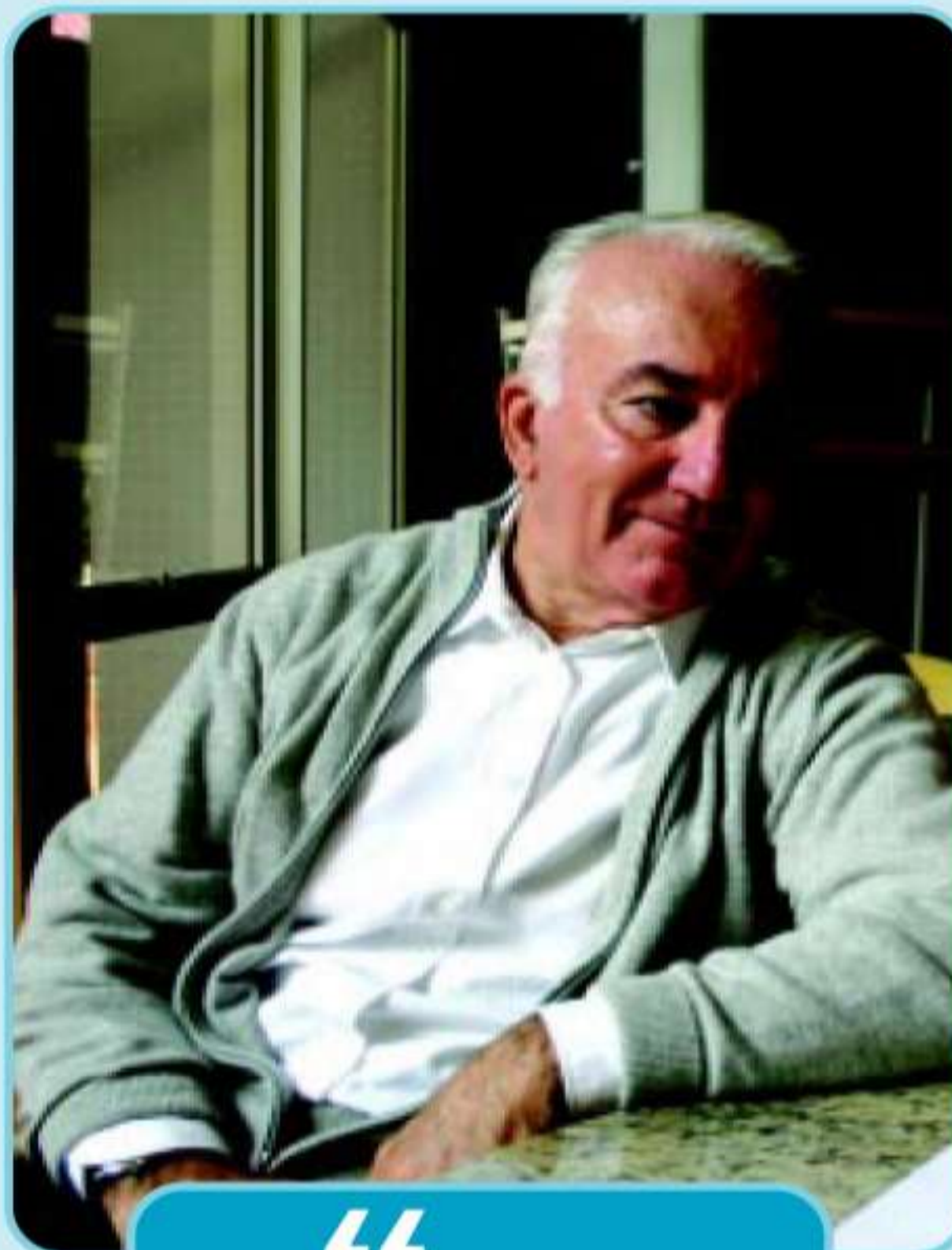
**Qual a visão da ACI sobre o cooperativismo brasileiro? –**

Sou sempre muito prudente ao dizer que conheço uma realidade. É preciso viver uma realidade para isso. Tenho tido grandes oportunidades, graças à amizade de cooperadores brasileiros, de estar aqui em diversas ocasiões e conhecer diversos aspectos das cooperativas. Graças à amizade com Roberto Rodrigues, há cerca de dez anos, tive a oportunidade de conhecer e discutir sobre o cooperativismo brasileiro. O assunto que me chamou mais atenção foi a afirmação que Américo Utumi usou em um evento internacional, falando da cooperação brasileira. Disse que há um grande movimento cooperativo, mas diante da dimensão do País, da oportunidade e dos problemas, é ainda um pequeno movimento cooperativo.

Precisa, portanto, que haja consciência de não estar contente com o sucesso colhido, mas se olhe para as potencialidade e oportunidades que podem ser criadas. Portanto, partindo desta base, que não sejam 5 milhões de sócios, mas 20 milhões, 15 milhões. Diante dos objetivos avançados, isto me parece uma proposta muito positiva. Conheci, em várias ocasiões, belíssimas experiências que ocorrem aqui, como as da Unimed, de cooperativas agrícolas e agropecuárias, de transformação de

produtos. Vocês têm um patrimônio grandíssimo de experiências que não são realizações. É a cultura da empresa que se colhe aqui. É um grande patrimônio, que permite ampliar a base social, agir com mais força no âmbito social. Este é o desafio que vale para o Brasil e para todo o mundo. Aqui existe uma grande oportunidade para o cooperativismo.

**O que a ACI está fazendo em termos de educação cooperativista? –**



“  
Vocês têm um  
patrimônio grandíssimo  
de experiências  
”

Na ACI, há o Cooperative Learning Center. É uma organização de formação e educação cooperativa universitária, que realiza um bom trabalho. Nós devemos, seguramente, incentivar muito estas atividades. Quando falo da campanha global contra a pobreza, enten-

do-a como uma estratégia baseada em projetos. Também creio que se deve raciocinar sobre as escolhas prioritárias. Escolher os países, – poucos no entanto. Aqueles onde há grande necessidade e grande possibilidade. Deve-se procurar construir exemplos que possam gerar imitações. Os limites de projetos, hoje, de desenvolvimento, são os próprios limites que os doadores – Estado ou privados – produzem, são resultados por um período breve. Isso não rende, os projetos são bastante ineficazes porque, para criar empresas, riquezas e formação de pessoas, é a educação que conta.

Para formar um líder ou um gerente, se precisa tempo. É preciso criar projetos que sejam maximamente baseados neste princípio. A Aliança Cooperativa faz isto. Quando promove projetos, faz educação, e os projetos devem ser dimensionados a médio prazo, não a curto prazo. E devem ser a médio prazo porque se baseiam na formação de pessoas.

Nesse contexto, as cooperativas de trabalho têm um grande espaço porque combatem a desocupação, um dos grandes problemas. No mundo, há cerca de 800 milhões, 1 bilhão de pessoas desocupadas. A realidade é que o trabalho deve ser decente, digno. Encontram-se situações como era no alvorecer da Revolução Industrial, quando se trabalhava 14 horas, e em alguns países se continua a utilizar as crianças.

**E em termos de cooperativismo de trabalho? –**

O cooperativismo de trabalho é uma grande necessidade e um grande recurso. Só que vem sendo utilizado pelas cooperativas falsas, um fenômeno mundial, que gera uma má reputação, pois a cooperativa como tal, com o mesmo nome, se configura uma entidade unificada. O exemplo negativo produz desgastes muito maiores que uma simples empresa privada falida. Portanto, devemos defender fortemente a empresa cooperativa e agir contra

a empresa falsa, combatê-la duramente. Porém, não parece ser um motivo para não se promover a verdadeira cooperação. Precisa que os Estados e governos saibam discernir, acertar, e os cooperadores devem estar junto ao governo para aplicar as regras contra as cooperativas falsas.

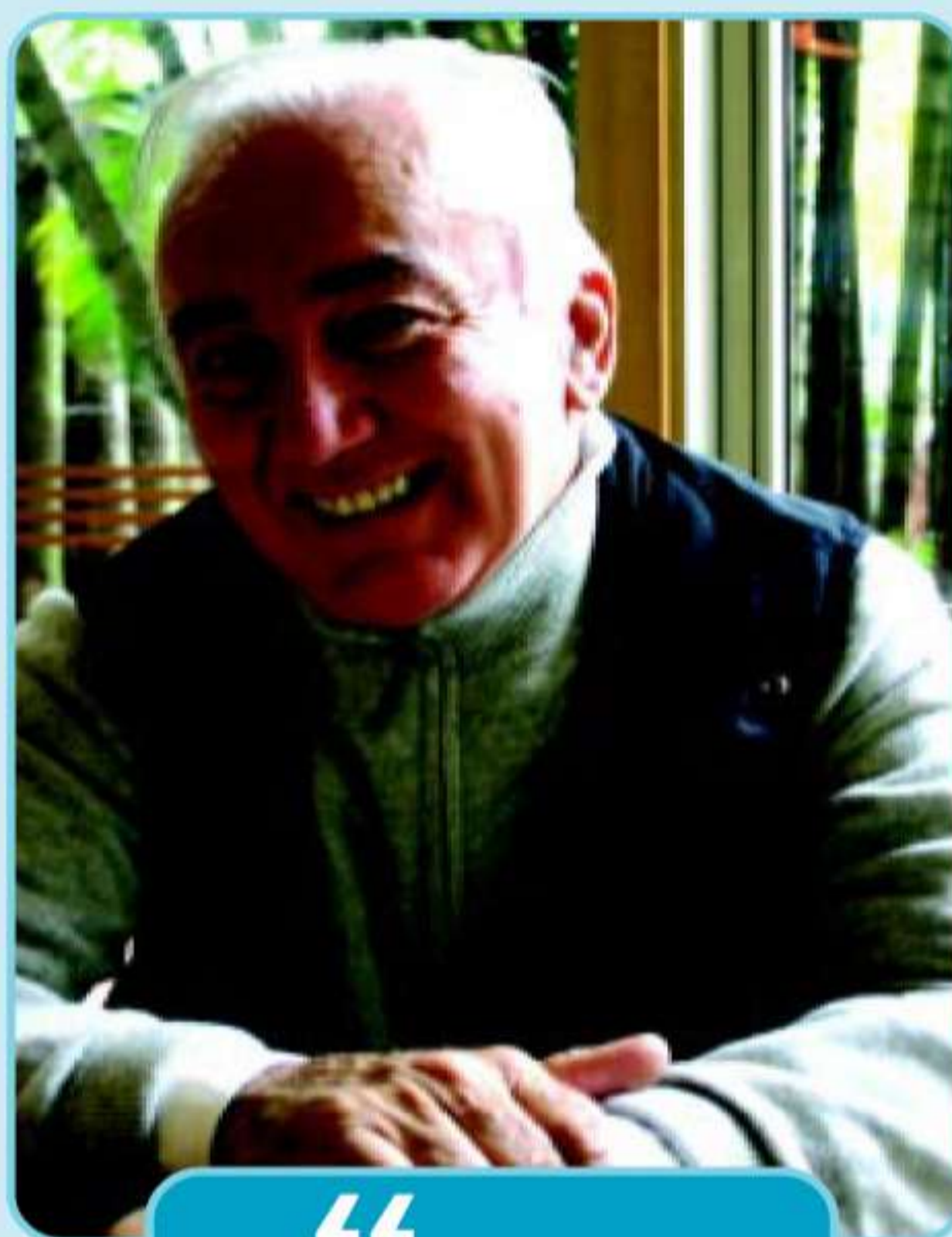
**Os princípios cooperativistas atendem a toda a demanda da sociedade organizada?** – Eu acredito que os princípios cooperativos foram amadurecidos dentro dos princípios dos direitos fundamentais do homem. Mais ou menos, têm as mesmas bases e as mesmas raízes. Portanto, são os princípios basilares fundamentais, são princípios de democracia, de centralização na pessoa e da boa administração, de união, de cooperação entre as cooperativas, de responsabilidade social, de atenção à comunidade. São princípios que atendem a este conteúdo de respeito aos direitos do homem e, como tais, sempre válidos. Estes são os valores cooperativos, são aqueles da honestidade, que se direcionam à formação de uma sociedade solidária, coesa. Um fator de convivência civil e ao mesmo tempo fato fundamental de desenvolvimento econômico.

Ora, aquilo que devemos ver é que os princípios e os valores devem sempre dizer algo de novo, capazes de falar à gente de hoje. Se temos princípios que defendem os direitos fundamentais do homem, é preciso protegê-los, colocá-los em prática, agir. Se os nossos valores falam de democracia e participação, temos que tornar isso realidade. Se nós dizemos o que somos pela diferença, no aspecto da unidade das pessoas, é um compromisso que assumimos, que deve ser colocado em prática.

Há uma palavra que está num conjunto de coisas, que devemos ser coerentes. Porém, a transparência num mundo que tem visto escândalos enormes, como aquele da Parmalat, uma forma de empresa que faz da transparência um

modo de agir no mercado significa criar a base para a confiança por parte dos consumidores, que é o alicerce fundamental de funcionamento do mercado. É preciso observar se os nossos valores dizem de alguma forma alguma coisa de novo. Saibam falar para a gente de hoje e não são só raízes, não só sentir-se assim. Deve-se ter um patrimônio que fala por si. Falar para comunicar hoje.

**A ACI consegue atender de forma eqüitativa a todas as demandas?** –



“

**A realidade é que o trabalho deve ser decente, digno**

”

Creio que, sem produzir retórica, que a forma de empresa cooperativa é a forma mais adequada para enfrentar os problemas de nosso tempo, porque há necessidade de igualdade. A globalização não é um problema em si. Ela traz tantos benefícios. O problema é a dife-

rença com a qual se participa dos benefícios da globalização. Hoje, o mundo é desequilibrado, países ricos detêm o conhecimento, detêm o poder de influenciar também as organizações internacionais a seu favor. Segundo, em tantas partes do mundo, a globalização atua negativamente, porque não distribui igualmente os benefícios. É como a nossa organização, que conta com 800 milhões de sócios, que deve estar em condições de promover estas igualdades.

Dizia-se que o conceito de liberdade responsável e de igualdade são palavras que a cooperação deve usar mais. Somos defensores da maior liberdade do indivíduo. A cooperação é baseada sempre no indivíduo. E faz da responsabilidade do indivíduo a sua razão de ser. E este processo de individualismo não é um fato negativo, mas deve estar dentro de uma responsabilidade, deve ser uma liberdade do indivíduo responsável. E também baseado mais na coparticipação da igualdade. É uma forma de torná-lo visível e concreto. É contínuo.

**E o sistema de governança?** –

Quanto ao sistema de governança, na assembléia geral na Colômbia, houve uma discussão de meio período, de um grupo de trabalho, cuja conclusão será na próxima assembléia geral em Singapura, daqui a dois anos. E foi feito um ótimo trabalho. Eu comentei pessoalmente desta forma, sobretudo, porque há mais perguntas do que respostas. É cheio de perguntas esse documento. E eu creio que isso é muito importante. Se encontramos perguntas justas também em termos de governança, é mais fácil encontrar as respostas justas. É mais importante a pergunta justa, como se pode dizer, que a resposta. Se dizia que qualquer um tem condições de dar uma resposta, mas só as pessoas inteligentes sabem fazer as perguntas. Este é um ponto muito importante para nós. Interrogar-se para ver como devemos mudar. ■

# Crescimento

**Cooperativas de crédito traçam estratégias para crescerem com segurança e liquidez**

## lento, porém seguro



**E**m 1971, quando foi promulgada a Lei 5.764 que regulamenta o cooperativismo brasileiro, havia pouco mais de 370 cooperativas de crédito, muitas tentando sobreviver às normas do “nada podem” implantadas pelo governo de regime militar. Em 1980, quando o Rio Grande do Sul iniciou a reorganização do movimento, havia 430 cooperativas. No começo deste ano, o Banco Central contabilizou 1.436, com 2,1 milhões de associados e participando com 2,5% do Sistema Financeiro Nacional. Os governos FHC e Lula alargaram o horizonte do cooperativismo de crédito com várias medidas, entre as quais a autorização para constituição de bancos cooperativos, de cooperativas de empresários e microempresários e a transformação em cooperativas de livre admissão, o que está permitindo ao sistema ganhar um novo impulso de crescimento.

Embora as lideranças nacionais do setor, reunidas no Ceco – Conselho Especializado de Crédito da OCB – ainda tenham quase duas dezenas de reivindicações a serem atendidas pelas autoridades, permitindo um desenvolvimento mais livre do setor, a maior preocupação é o crescimento seguro. “Hoje, as restrições são menores que os desafios de organização e desenvolvimento do empreendimento”, afirma Ademir Schardong, presidente do Banco Cooperativo Sicredi e um dos líde-



**Jayr Paula Gomes Gonçalves, Unicred**

res, junto com Mário Krueel Guimarães, da reorganização do cooperativismo de crédito no RS, nos anos 80. O Sicredi é integrado por 132 cooperativas e tem apresentado um crescimento médio anual de 20% nos últimos anos. Deve fechar este ano com mais de 1 milhão de associados e ativos superiores a R\$ 4,5 bilhões.

“Estamos vivendo uma época muito rica para o cooperativismo de crédito brasileiro. O atual governo abriu a regulamentação permitindo a criação de cooperativas de livre admissão. Mas ainda temos muito que evoluir, pois a própria legislação cooperativa, a lei 5764, é de 1971. Exemplifico, também, outras conquistas que precisamos alcançar, como a redução expressiva da carga tributária sobre as cooperativas; permissão para as cooperativas de empresários captarem poupança cooperada; acesso ao Fundo de Amparo

ao Trabalhador (FAT); enfim, as mudanças estão apenas começando”, afirma Antônio de Azevedo Bomfim, presidente do Bancoob, instituição financeira que dá suporte ao maior sistema de crédito cooperativo do Brasil, o Sicoob, com 1 milhão e 100 mil cooperados, mais de 700 cooperativas, 1.600 pontos de atendimento e depósitos de R\$ 3 bilhões.

O terceiro sistema organizado é o Unicred. Surgiu no início dos anos 90 no RS e se espalhou pelo Brasil com o apoio das cooperativas co-irmãs Unimed. Hoje, tem 129 cooperativas singulares em 24 Estados, nove centrais e a confederação Unicred Brasil. De olho no futuro, o seu planejamento estratégico definiu que terá ou participará de um banco. “A decisão do Sistema Unicred é de, em cerca de quatro anos, participar de um banco. Não está definido se será um banco próprio ou se vamos nos associar a um banco existente, cooperativo ou não”, frisou o presidente da Unicred Brasil, o paranaense Jayr Paula Gomes Gonçalves. Hoje, cerca de 50 % das cooperativas Unicred utilizam, mediante parceria, produtos e serviços do Banco Cooperativo Sicredi, e as demais do Banco do Brasil. “O banco é uma necessidade do sistema, que tem cerca de R\$ 2,5 bi em ativos e, se continuar crescendo 30% ao ano, em três anos terá R\$ 5 bilhões”, afirma Gonçalves.

### **Crescimento do cooperativismo de crédito paranaense entre dezembro de 2004 a junho 2005**

Cooperativismo de Crédito do Paraná	Recursos administrados (milhões)		Patrimônio Líquido (milhões)		Total empréstimos (milhões)		Resultado (milhões)
	2004	jun/05	2004	jun/05	2004	jun/05	
<b>Sistema</b>							<b>jan a jun/2005</b>
Sicredi PR	908,98	1.015,09	185,14	212,42	747,05	657,59	18,18
Sicoob	147,82	186	31,5	44,0	121,37	136	2,0
Unicred	175	155,9	65,0	51,9	101,0	88,8	6,4
Credicoamo	209,7	224,3	59,8	70,7	163,0	121,1	9,5
Credicorol	20,49	16,16	11,39	11,37	66,43	30,06	1,68
Credicoopavel	31,86	28,0	7,1	8,0	25,45	22,0	1,0
Credicatu	0,75	0,78	0,49	0,5	2,06	1,24	0,01
Coopercorol	1,11	1,24	0,92	1,13	1,12	0,71	0,08
Coofato/Credifato	2,75	2,75	2,29	2,29	2,04	2,04	0,54
Cimento Itaú	0,69	0,73	0,80	0,86	0,69	0,73	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>1.499,15</b>	<b>1.630,95</b>	<b>364,43</b>	<b>403,17</b>	<b>1.230,21</b>	<b>1.060,27</b>	<b>39,40</b>

Fonte: cooperativas. Elaboração: Oepar



# Estratégias e desafios do sistema de crédito cooperativo



**Conselho de Administração do Sicredi-PR: Planejamento sustentável**

Crescer mais lentamente agora para consolidar as cooperativas existentes é uma estratégia comum dos três sistemas de crédito cooperativo. A “livre admissão”, conquista muito comemorada, é vista como uma alternativa de crescimento, pois permite que qualquer cidadão se associe a uma cooperativa. Mas a transformação em livre admissão exige a elaboração de um projeto completo, a ser submetido ao Banco Central, e que será analisado à luz

das diversas condições estabelecidas para a migração.

No Sicoob, as estratégias estão alicerçadas na solidez e segurança: “A estratégia de expansão estabelecida para as cooperativas e ao Bancoob obedece aos mais rígidos princípios e controles que resultam na solidez, na segurança e na rentabilidade necessária ao atingimento dos objetivos dessas instituições, que é fornecer produtos e serviços financeiros e bancários que permitam aos associados e suas famí-

lias viverem com dignidade e prosperidade, o que sempre resulta na alavancagem econômica e social das comunidades que abrigam as cooperativas de crédito”, afirma Heli Penido, presidente do Sicoob. A expansão será buscada nos espaços próprios das cooperativas através de campanhas e de adesão da sociedade.

Por atuar numa área especializada e que propicia melhor remuneração, o Sistema Unicred está numa situação mais confortável que o Sicoob, que

atua com uma grande diversidade de cooperativas, muitas ainda buscando se adequar às normas e padronização; e que o Sicredi, que tem forte atuação com associados agricultores. Basta verificar o valor médio dos recursos administrados por associado no Paraná: R\$ 23.000,00 no Unicred; R\$ 6.600,00 no Sicoob e R\$ 4.800,00 no Sicredi. Por isso, os dirigentes definiram que precisam de um banco para administrar os recursos dos associados e, ao mesmo tempo, devem migrar suas cooperativas para a livre admissão como forma de facilitar a tomada desses recursos por novos associados. A migração “será um processo evolutivo lento e gradual”, cuja decisão dependerá de cada cooperativa, com a aprovação da central estadual e da confederação, visando a segurança do sistema.

O Sicredi surgiu no Rio Grande do Sul em 1980, liderando a reorganização do cooperativismo de crédito em todo o Brasil. Mas a constituição do primeiro banco cooperativo dentro do sistema permitiu a integração por sistemas e cooperativas de nove Estados: RS, PR, SC, SP, MT, MS, GO, TO e RO. Mas já está autorizado a atuar também no Pará, sem previsão de datas para abertura de unidades de atendimento. Em grande expansão nos últimos anos, quando também realizou pesados investimentos na montagem de um sistema de comunicação online, o Sicredi acompanha de perto o desempenho de cada cooperativa, de olho na solidez e no relacionamento com os associados, e na formação cooperativista das lideranças e coordenadores de núcleos cooperativos. Os diretores do banco e da confederação têm percorrido as centrais e filiais de diversos Estados para falar de diferentes temas, como livre admissão, cooperativismo, inovações técnicas, novos produtos, formação das lideranças e planejamento estratégico quinzenal.

## Diferenciais do Paraná

O Paraná tem três sistemas de crédito cooperativo organizados, além de cooperativas de crédito independentes (Credicoamo, Credível, Credicorol, Credicatú, Coopercorol e Cimento Itaú). São o Sicredi, o Sicoob e o Unicred. O Sicredi surgiu com a organização das primeiras cooperativas de crédito rural, a partir de 1982, e participou ativamente de todas as fases de desenvolvimento do setor, inclusive do esforço para a retirada das restrições legais ao segmento. Sofreu grande crescimento a partir de 1997, com a adesão ao Banco Cooperativo Sicredi, e passa por uma fase de consolidação e fortalecimento através de integrações de cooperativas em unidades regionais de desenvolvimento e controle.

O presidente da Central Sicredi-PR, Seno Cláudio Lunkes, afirma que o sistema está bem organizado e deve crescer cerca de 25% neste ano, “apesar de todas as dificuldades atravessadas pelo agronegócio”, principal nicho de atuação das cooperativas filiais. Duas marcas históricas foram superadas pelo Sicredi neste ano: 200 mil associados e R\$ 1 bilhão em recursos administrados. Mas o Sicredi Paraná também é campeão em volume de recursos da poupança rural, tendo já mais de R\$ 25 milhões em depósitos. “Foi uma conquista que aos poucos está sendo entendida pelos associados e não-associados. A maior parte desses recursos é aplicada, obrigatoriamente, em crédito rural, argumento utilizado para o convencimento da população urbana na adesão, visando dinamizar, através da agricultura, a economia local e regional”, afirma.

“Temos que crescer com segurança”, afirma o presidente da Central Sicredi Paraná, Seno Cláudio Lunkes. Para isso, a central atua de forma integrada em apoio às filiais, através das diversas gerências que visam o progresso, a organização, o controle e o desenvolvimento humano dos colaboradores, dirigentes e associados. As decisões são tomadas por um conselho formado pelo presidente, pelo vice

e por dois representantes de cada uma das três unidades administrativas.

O Sicoob surgiu no Paraná há cerca de cinco anos entre empresários do setor têxtil e é integrado por 20 cooperativas, algumas de crédito rural. Em 18 meses, os recursos administrados das cooperativas passaram de R\$ 65,3 para R\$ 186 milhões, um crescimento de 184,8%. Esse grande aumento chamou a atenção dos dirigentes, que definiram com prioridade, neste ano, a consolidação das cooperativas filiais, das quais quase a metade é de constituição muito recente. “A formação dos colaboradores e dirigentes, a segurança e os controles estão entre as ações programadas pela central para que a consolidação ocorra de forma tranqüila”, afirma o presidente do Sicoob Paraná, Luiz Ajita. A transformação de todas elas em “de livre admissão” ou de empresários é um dos objetivos do sistema, que tem forte atuação junto ao comércio, inclusive com apoio das associações comerciais do Estado.

A estratégia do sistema Unicred foi a montagem de seis cooperativas regionais, para atuação entre profissionais e empresas da área de saúde. Apesar de ter apenas 7.409 associados (junho 2005), é o sistema mais capitalizado, por razões óbvias. O crescimento lento e seguro é uma das características do sistema no Paraná, que já administra R\$ 155,6 milhões, perdendo em recursos por associado apenas para a Credicoamo. Jayr Paula Gomes Gonçalves, membro do conselho de administração da Unicred Norte, afirma que o fator credibilidade é um ponto fundamental para o sucesso das cooperativas. “Capacidade, competência e confiabilidade são elementos essenciais na administração de uma cooperativa”. Além, disso, o modelo de cooperativa regional, que prioriza os negócios e não a vaidade política, também tem favorecido o bom desempenho do sistema.



## Banco Cooperativo

# BANSICREDI: integração e crescimento sustentável

Ademar Schardong é advogado, nasceu em Crissiumal (RS). Começou sua vida profissional como bancário, atuou na cooperativa local e, em 1982, entrou no Sicredi. É presidente do Banco Cooperativo Sicredi desde sua constituição, em 1995. Veja a seguir um resumo de uma entrevista que fizemos com ele:

## Diferenciais do Sicredi:

“Ter como posicionamento ser cooperativa, cujo tipo societário se destaca em relação aos seguintes e principais diferenciais: ato cooperativo; modelo agregador de renda aos associados; relacionamento; instituição financeira da comunidade ou de uma categoria profissional; organização sistêmica. As cooperativas de crédito que integram o Sicredi têm apresentado crescimento superior a 20% ao ano nos últimos sete anos, o que demonstra o acerto na definição da estratégia do empreendimento”.

## Ranking do Banco Sicredi:

“Na publicação da revista Conjuntura Econômica, relativa ao exercício de 2004, o Banco está classificado em 54º lugar. No exercício de 2005, seguramente ficará entre os 50 maiores. O Guia Exame 2005 elegeu o banco como o “Melhor Gestor Especialista em fundos de Renda Fixa”.

## Segurança e liquidez:

“As cooperativas de crédito que integram o Sicredi atuam sob severa vigilância sobre os níveis mínimos de liquidez. Estes não podem se apresentar inferiores a 40% em relação às fontes de captação. Historicamente, este percentual tem se mantido acima do mínimo”.

## Estratégias de expansão:

“As cooperativas de crédito do Sicredi, presentes nos Estados do RS, SC, PR, SP, MS, MT, GO e TO apresentam potencial



Ademar Schardong, presidente do Banco Cooperativo Sicredi

de crescimento expressivo para os próximos anos. Portanto, a estratégia é de consolidação do empreendimento nestas localidades, com um crescimento médio projetado de 20% ao ano, nos próximos três anos”.

## Sobre a participação no SFN:

“O total dos ativos das cooperativas de crédito, em 31 de dezembro de 2004, era de 2% do conjunto de instituições financeiras brasileiras. Já neste exercício de 2005, acreditamos num crescimento de mais 1%. As sociedades cooperativas dependem de integração horizontal e vertical para ganho de escala, independentemente do segmento no qual atuam”.

## Sobre as restrições legais:

“Hoje as eventuais restrições são menores que os desafios de organização e desenvolvimento do empreendimento”.

## Sobre a expansão do Sicredi:

“As cooperativas de crédito tendem a ter o seu quadro social aberto, garantindo o

acesso a qualquer pessoa. Isto determinará um substancial crescimento dessas instituições no meio urbano. Naturalmente que a sociedade urbana precisará descobrir a importância das sociedades cooperativas na organização econômica. Isto demandará investimentos na difusão desse tipo societário”.

## Integração e crescimento:

“As cooperativas de crédito que integram o Sicredi estão estruturadas em sistema, integradas horizontalmente em 868 unidades de atendimento, com mais de 928.000 associados, o que lhes garante escala mínima para oferecer um completo balcão de operações e serviços aos seus associados. A condição de instituição financeira integral é obtida através da integração vertical, das centrais, do Banco Cooperativo Sicredi e suas empresas ligadas, e da Confederação, o que garante a necessária especialidade para atuação no mercado financeiro brasileiro”.

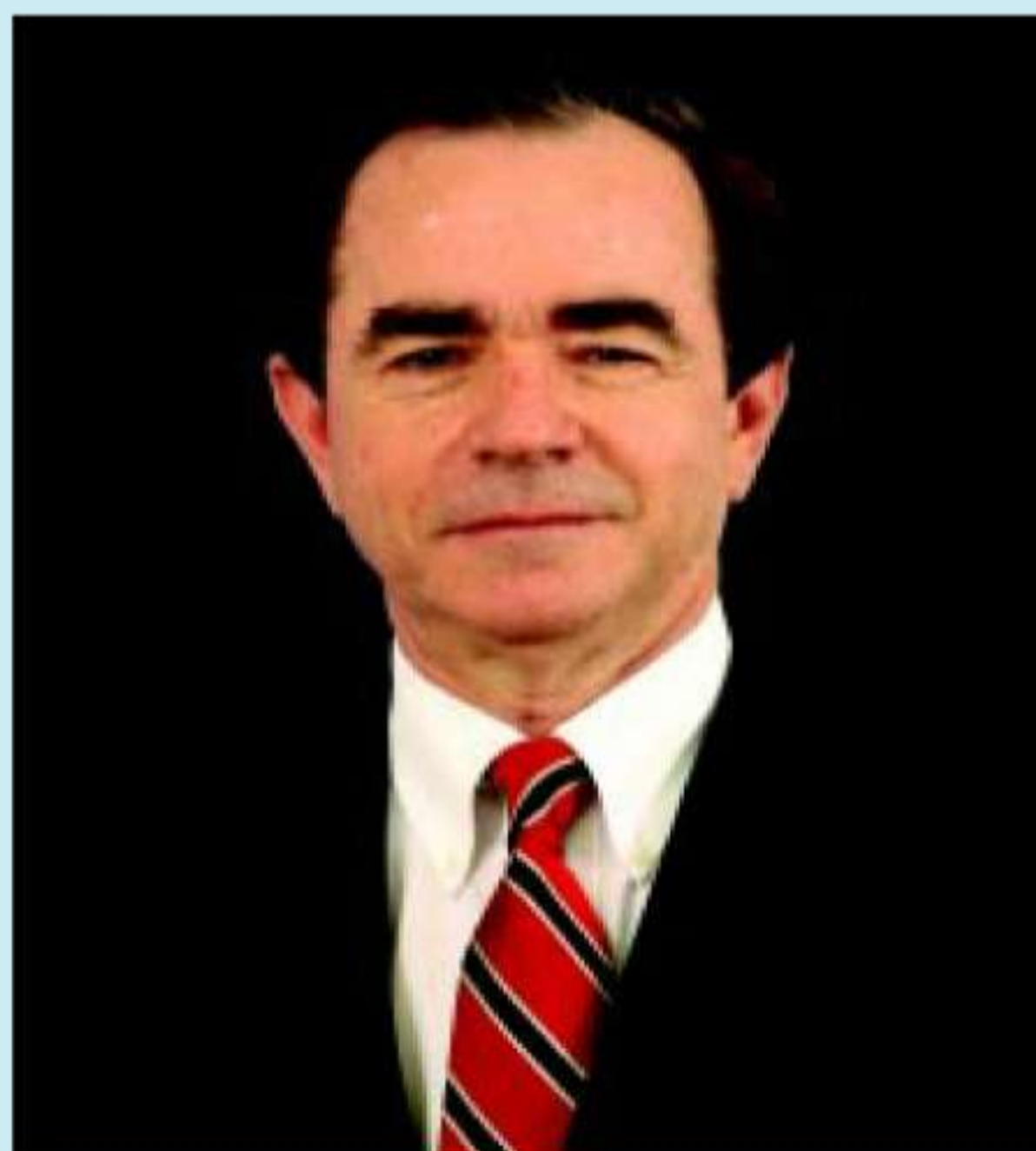
# BANCOOB: entre os cinquenta maiores bancos do País

Antônio de Azevedo Bomfim, mestre em administração pela Universidade de Maryland (EUA), trabalhou no Banco Boavista Interatlântico, exerceu altos cargos executivos no Banco do Brasil, inclusive em Los Angeles e Washington. Diretor financeiro do Bancoob há cinco anos, recentemente, foi eleito presidente. A seguir os principais pontos de uma entrevista que o dirigente concedeu à revista Paraná Cooperativo.

### Sobre o tamanho do Bancoob:

“Em pouco mais de sete anos, o Bancoob já ocupa uma posição de destaque no ranking do sistema bancário nacional, ou seja, está entre os 50 maiores bancos, sustentando a 39ª posição. O fator determinante deste sucesso é a adoção de uma administração profissional que não permite que as interferências de fatores alheios ao negócio prevaleçam. Em março de 2005, as cooperativas de crédito somavam, no Brasil, 1.435, dessas, 732, ou seja, 51%, pertenciam ao Sicoob. O Bancoob é reconhecido pela segurança com que administra a liquidez do Sicoob, que hoje está em torno de R\$ 1,5 bilhão (posição de set/05). Os resultados obtidos ao longo de sua existência comprovam que, como prestador de serviços às cooperativas de crédito, o Bancoob tem sido um marco na evolução do sistema cooperativista de crédito no Brasil”.

### Sobre uma possível fusão Ban-



**Antônio de Azevedo Bomfim,**  
presidente do Bancoob

### coob e Bansicredi:

“Vai depender da expansão do próprio cooperativismo de crédito. Hoje, este ramo vem ocupando, principalmente, espaços abandonados pelo Estado e aqueles não disputados pelo sistema financeiro convencional. As bases para que o cooperativismo de crédito ganhe expressão nacional, operando parte significativa da intermediação financeira do nosso País, estão lançadas”.

### Sobre a participação das cooperativas no SFN:

“Em todos os países onde o cooperativismo é um instrumento forte de inclusão social, a base sempre está numa sólida estrutura de crédito cooperativo. É uma tendência mundial. Já avan-

çamos muito com as oportunidades geradas pela Resolução 3.106/03. Entretanto, o cooperativismo de crédito no Brasil representa apenas 2% das transações financeiras do País. Estamos criando condições para o crescimento do segmento e há de vir o reconhecimento das autoridades, seja no campo regulatório, com novas aberturas, seja na liberação de recursos, por meio de nosso sistema. O crescimento tem sido extraordinário, projetando um futuro promissor”.

#### Restrições legais:

“O atual governo abriu e permitiu a criação de cooperativas de livre admissão. Isso foi um grande avanço, mesmo com alguns limites associativos. Mas ainda temos muito que evoluir, a própria legislação cooperativa, lei 5.764 que é de 1971. Precisamos conquistar a redução da carga tributária sobre as cooperativas; a permissão para as cooperativas de empresários captarem poupança cooperada; o acesso ao Fundo de Amparo ao Trabalhador”.



Heli Penido, presidente do Sicoob Brasil

## Sicoob Brasil

Heli Penido, advogado, participou da reorganização do cooperativismo de crédito mineiro e brasileiro desde 1985. Participa do Sicoob desde sua constituição em 1997, é presidente da Crediminas, e neste ano, também foi eleito presidente do Sicoob. Extraímos da entrevista que concedeu à revista Paraná Cooperativo os seguintes trechos:

#### Sobre os diferenciais do Sicoob:

“As instituições financeiras tradicionais constituem a essência pura do capitalismo e, portanto, definem suas prioridades exclusivamente com base em análises econômicas, sendo natural que tenham pouca sensibilidade para questões sociais. Já as cooperativas não visam lucro, pertencem aos próprios associados, que dela se beneficiam com produtos e serviços desenvolvidos às necessidades específicas dos cooperados, com taxas, em geral, abaixo daquelas praticadas pelas demais instituições financeiras”.

#### Sobre os diferenciais:

“Os vários segmentos públicos e privados que compõem a sociedade brasileira estão reconhecendo os efeitos benéficos das cooperativas de crédito, tanto para os associados, quanto para as comunidades a que pertencem. Esse reconhecimento, a nosso ver, traduz a manifestação de satisfação dos cooperados com as cooperativas que constituíram”.

#### Sobre a segurança do sistema:

“Com a criação do Bancoob e da Confederação Sicoob Brasil, foram instituídos vários mecanismos de controle, que objetivam fazer com que as cooperativas apresentem, cada vez mais, solidez e tranquilidade para seus associados. Os dirigentes das cooperativas e respectivos conselhos fiscais contam com contro-

les próprios de administração e outros coordenados pelo Sicoob Brasil, que permitem o acompanhamento mensal das condições financeiras e de risco, bem como de cumprimento dos procedimentos estabelecidos pelo Sistema de Controle Interno”.

#### Sobre a legislação:

“Temos assistido à evolução muito grande nas medidas legais que é executada pelo órgão regulador, que é o Banco Central do Brasil. Obtivemos a autorização para constituição de cooperativas de empresários – em toda sua dimensão – e de livre admissão. No momento, estão sendo realizados estudos com a finalidade de aprimorar mais ainda a atualização ocorrida em 2003, e de outros aspectos relacionados ao nosso segmento, como a modernização da lei do cooperativismo e a definição do ato cooperativo”.

#### Sobre a livre admissão:

“A maior vantagem na migração para cooperativas de livre admissão reside em eliminar a perversa segmentação que impede a mutualidade, a auto-ajuda e a solidariedade da população, especialmente das comunidades que não são assistidas por instituições bancárias convencionais. Está ocorrendo a migração de cooperativas dessa modalidade, em quantidade bastante razoável”.

#### Sobre o Fundo Garantidor Sicoob:

“O Fundo Garantidor do Sicoob – FGS foi constituído com a finalidade de que todas as cooperativas singulares possam dele participar. Há disposições regulamentares, estabelecendo requisitos para que as cooperativas possam ter acesso ao fundo. Estão sendo envidados esforços para que todas as singulares possam fazer parte do fundo. O FGS garante depósitos, à vista e a prazo, por CPF ou CNPJ, até o valor de R\$ 20 mil, que é o mesmo total garantido pelas instituições financeiras bancárias”.



# A comunicação a serviço do cooperativismo



Com o objetivo de debater a comunicação no sistema cooperativista, estiveram reunidos em Brasília, no dia 29 de setembro, assessores de imprensa e de comunicação de 13 organizações estaduais (OCE's), durante o Encontro Nacional, promovido pela OCB e pelo Sescop. Também participaram do evento, presidentes, superintendentes e técnicos de entidades estaduais que não pos-

suem profissionais nas áreas de comunicação ou marketing.

O evento foi aberto pelo presidente da OCB, Marcio Lopes de Freitas, e contou com as presenças do deputado federal e presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), Odacir Zonta, e do assessor especial do Ministério da Agricultura, Manoel Valdomiro Francalino da Rocha. Márcio fez questão de ressaltar a importância do papel dos profis-

sionais de comunicação dentro do sistema. Para o dirigente, a comunicação "é como uma cola, que ajudará a transformar esta grande teia em uma rede efetivamente. Fazer um sistema forte, integrado e solidário".

O presidente da Organização das Cooperativas do Amazonas, José Merched Char, avaliou o evento como positivo e disse que se convenceu sobre a necessidade de ter em sua entidade um jornalista. ■

## Pensar nas pessoas, é pensar num futuro melhor para todos!

### ESTA É A NOSSA MISSÃO.

A Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus, com sede no município da Lapa (PR), há 52 anos ao lado do homem do campo garante o sucesso da cadeia do agronegócio nas regiões onde atua.

Com trabalho sério, ético e organizado, a cooperativa colabora de forma direta para o desenvolvimento sócio-econômico regional.

Presente em 10 municípios com estruturas de atendimento, a cooperativa presta os mais diversos serviços para seus 2.650 cooperados.

Por tudo isso, a cada ano que passa, a Bom Jesus apresenta avanços significativos no seu balanço econômico e social, sempre com os olhos voltados para promoção do ser humano.



COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL BOM JESUS



Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus.

Rodovia do Xisto (BR 476), s/n - km 196 - Olaria. CEP: 83750-000 Lapa-PR. Fone (41) 622-1515  
www.cooperativabomjesus.com.br cooperativabomjesus@cooperativabomjesus.com.br

# A hora e a vez da mulher

**No ano passado o evento reuniu 900 mulheres produtoras de leite, neste ano 1.100**

“Este recinto já está ficando pequeno para tantas mulheres”. Esta afirmação do presidente da Frimesa, Valter Vanzella, resume muito bem a dimensão que, ano após ano, vem tomando este, que sem dúvida nenhuma é um dos maiores eventos realizados no Paraná e talvez no Brasil, voltado exclusivamente para mulheres produtoras de leite. Estamos falando do 7º Encontro “Amigas do Leite”, realizado no dia 10 de setembro no município de União da Vitória, promovido pela Frimesa com apoio do Sistema Ocepar/Sescoop-PR, que reuniu num só dia 1.100 participantes, esposas e filhas de cooperados, vindas de municípios do Paraná e de Santa Catarina.

Para elas, a atividade leiteira tem espaço em apenas 364 dias no ano, um desses é inteiramente dedicado ao encontro. Chegam a marcar com um ano de antecedência a data do próximo evento, no “surrado” calendário que fica pendurado lá no estábulo. E elas vão logo avisando aos maridos: “podem se preparar para a lida com as vacas, porque amanhã vou ver minhas amigas do leite”. É assim que a produtora Inês Stanski Moreira, de São João do Triunfo diz que faz todo ano. Para ela, o encontro é algo muito especial, tanto é verdade que trouxe no ano passado a filha, Sandra Mara e neste ano a netinha, Beatriz de apenas 1 mês. “Quero que elas também tenha a mesma oportunidade que eu tive com o amigas do leite de aprender mais sobre a atividade”, disse dona Inês.



**De geração para geração: Dona Inês, sua filha Sandra e a neta Beatriz**

No encontro deste ano elas tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre a utilização da homeopatia na produção de leite, através de uma palestra do especialista, Alexandre Mendonça. Em seguida ouviram a técnica da Epagri de Canoinhas-SC, falar sobre “a responsabilidade da mulher nas ações de preservação do meio ambiente, aliás este era o tema do evento deste ano. No final do dia o consultor de qualidade de vida, João Carlos de Oliveira realizou uma palestra-show com o tema: “disponibilizando-me para o aprendizado”.

Valter Vanzella, presidente da Frimesa

confidenciou para as produtoras que quando foi convidado para assumir o evento, antes promovido pela Clac, não acreditava muito na sua força. “Só que agora, com a realização deste sétimo encontro e quase 10 anos de evento, confesso que fui injusto e me rendo a importância que ele representa para a atividade leiteira, afinal, são vocês as principais responsáveis pela melhoria da qualidade do leite e na produção aqui na região, com certeza isto devemos a este evento, que a cada ano atrai mais participantes”, lembrou o dirigente. ■

**A NATUREZA ESTÁ PRECISANDO DE UMA MÃOZINHA.**

PROTEJA OS RIOS EM SUA PROPRIEDADE  
COM MATA CILIAR.



O FUTURO DO  
PLANETA AGRADECE.



# Ações

## para superar entraves



**Fórum reuniu dirigentes, conselheiros, executivos e lideranças que atuam no segmento**

Os problemas que travam o desenvolvimento do setor foram debatidos durante o II Fórum dos Dirigentes de Cooperativas de Transportes. O evento, promovido pelo Sistema Ocepar/Sescoop em parceria com o Conselho do Ramo Transporte, aconteceu no dia 9 de setembro em Curitiba, no Hotel Alta Reggia, e contou com a participação de mais de 30 conselheiros, executivos e profissionais que atuam nas entidades do segmento, além de representantes da classe política.

Ao final do encontro, os participantes entregaram ao deputado federal Moacir Michelleto (PMDB/PR), pré-projeto de lei que propõe a criação de uma linha de crédito especial para os caminhoneiros filiados em cooperativas. Segundo o coordenador do Conselho Especializado do Ramo Transporte, Nelson Canan, além da falta de financiamento para a renovação da frota dos caminhoneiros autônomos cooperados, a questão do vale-pedágio, a cobrança de PIS/Cofins e as tarifas abusivas de pedágios nas rodovias paranaenses são hoje os principais problemas do setor. “O Fórum foi uma excelente oportunidade para que as cooperativas integradas ao sistema debatessem e articulassem ações para superar os entraves que afetam o desenvolvimento do segmento”, afirmou.

De acordo com o deputado Moacir Michelleto, membro da Comissão da Agricul-

tura e da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Fencoop), a linha de financiamento para renovação de frota é uma necessidade para o setor. “Estamos empenhados em ações que amenizem as dificuldades do ramo transporte”, afirmou.

Ainda segundo Michelleto, a Fencoop está preocupada também com o Ato Cooperativo que segue sendo analisado pelo Senado. “Precisamos aprová-lo o

mais rápido possível”, enfatizou.

Para o superintendente da OCB, Marco Aurélio Fuchida, o Fórum foi uma iniciativa importante porque congregou dirigentes e lideranças em torno de questões de interesse comum. “Mudanças tributárias prejudicaram a competitividade do ramo transporte, o que mobilizou a OCB para uma ação mais emergencial junto ao setor”, explicou. ■

### Dificuldades com o vale-pedágio

As cooperativas de transporte do Paraná querem discutir a legalidade do vale-pedágio em audiência pública que poderá ser realizada no Congresso Nacional, em Brasília, com data a ser definida pelo deputado Moacir Michelleto. Os dirigentes de cooperativas de transporte não aceitam as regras e a cobrança de um adicional de 5% na emissão do vale. Segundo Canan, as transportadoras estão com dificuldade para disponibilizar o vale-pedágio aos caminhoneiros. A Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) não aceita o pagamento em dinheiro e sim em cartão especializado. Além disso, o vale-pedágio tem validade de 30 dias apenas para o caminhoneiro e o trecho identifica-

do no pedido. “Ficamos engessados à rota traçada com antecedência, o que prejudica a flexibilidade do transporte”, criticou. Outro fator negativo é com o adicional de 5% sobre o valor do vale-pedágio. De acordo com Canan, no trajeto Foz do Iguaçu a Paranaguá, um caminhão bi-trem, com sete eixos, gera despesa média de R\$ 4,2 mil por mês só em pedágio. Com o adicional, são R\$ 210,00 a mais por caminhão/mês recolhidos às empresas que emitem o vale-pedágio. “Isso é um absurdo”, reagiu. Segundo Canan, se a fiscalização flagrar o caminhão sem o vale-pedágio, o caminhoneiro autônomo ou a cooperativa pode receber multa que varia de R\$ 550,00 a R\$ 10 mil”.



# COOPAVEL

## MELHOR EMPRESA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

PRÊMIO  
"AS MELHORES  
DA DINHEIRO  
2005"



Prêmio "As Melhores da Dinheiro 2005"

Setor Agronegócio

A Coopavel também se destacou como:  
1ª em Recursos Humanos  
2ª em Inovação Tecnológica  
3ª em Gestão Social e Meio Ambiente

# Falta política, falta Respeito



Fórum do trigo realizado em Curitiba

**Até quando o produtor  
continuará tendo paciência  
de produzir trigo no Brasil?**

Com certeza esta é uma pergunta que paira sobre a cabeça de muitos produtores de trigo no Sul do País. Todo ano é a mesma novela, falta incentivo para plantar, falta política para vender, resumindo, falta respeito. Como o produtor, antes de qualquer coisa é um “teimoso” acreditou mais uma vez nas promessas de que tudo seria diferente nesta safra, e semeou o cereal. Com ajuda de São Pedro, colhe uma boa safra. Agora, não resta outra opção a não ser pressionar para que sejam disponibilizados recursos para a comercialização do produto. Foi com este objetivo que 140 profissionais da área comercial, que atuam na cadeia produtiva do trigo, entidades de representação, profissionais das cooperativas e indústrias, produtores rurais e governo estadual e federal, participaram no dia 19 de setembro, em Curitiba, no auditório da Emater-PR, do Fórum do Trigo, promovido pela Secretaria de Agricultura, Ocepar e Faep. Todos ouviram atentos a explanação do diretor do departamento de comercialização e abastecimento da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura (Mapa), José Maria dos Anjos. Apesar do esforço daquela pasta, a boa intenção do Mapa ainda esbarra nas amarras para liberação dos recursos oriundos dos “cofres” do Ministério da Fazenda.

Durante o evento, foi elaborado um documento propondo contratos de op-

ção, EGF, AGF, Pis/Cofins, recursos e da necessidade de mudanças nos entraves da legislação sobre a cabotagem, permitindo que navios de bandeiras estrangeiras possam realizar este serviço, com o objetivo de aumentar a oferta de navios e reduzir os custos do frete até as regiões Norte e Nordeste. O presidente da Faep, Ágide Meneguette, foi enfático ao afirmar que, protegida por uma lei que não é do interesse do País - a não ser a de uns poucos armadores -, a navegação de cabotagem é um entrave e não um estímulo ao comércio de produtos agropecuários do Sul do País para outras regiões. Sai mais barato para o Norte e Nordeste importar trigo ou milho ou qualquer outro produto a granel da Argentina e dos Estados Unidos, do que comprar de produtores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou Paraná. O frete de Paranaguá a Recife, por exemplo, é quase o dobro do frete de uma carga de trigo saindo de Rosário, na Argentina, para o mesmo destino. José Maria dos Anjos informou que foi criado, no âmbito de governo, um grupo de trabalho com representantes do governo e do setor produtivo para flexibilizar a legislação.

O diretor da Ocepar, Frans Borg, disse que desde o início da safra o setor pede por medidas urgentes para auxiliar na comercialização, evitando o desestímulo. O dirigente lembrou que, cumprindo metas preestabelecidas em comum acordo com o governo, para recuperação da triticultura nacional, onde que deveria produzir 60%

## Frente Parlamentar

A Comissão de Agricultura da Câmara Federal acatou proposta apresentada pelo presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, sobre a criação de uma Frente Parlamentar do Trigo no Congresso. A proposta aconteceu durante audiência pública solicitada pelo deputado federal Moacir Micheletto para debater o momento difícil da triticultura nacional. Koslovski disse que a intenção é fortalecer a produção interna do cereal. “Não podemos ficar à mercê dos moinhos, que podem utilizar os estoques públicos do governo e mecanismos para a importação (do trigo)”, disse o representante das cooperativas paranaenses. Também foi aprovada a realização de um estudo para propor uma política de cotas (salva-guardas) para importação de trigo de outros países. Informações levantadas pela Ocepar mostram que o Brasil gasta quase um bilhão de dólares com a importação do cereal.

da demanda nacional, os produtores investiram em tecnologia, conduziram sua lavoura com eficiência, tendo o clima contribuído e estão fazendo sua parte. A colheita poderá chegar neste ano em 4,8 milhões de toneladas de trigo no País, quais, 2,9 milhões de toneladas serão colhidas no Paraná, primeiro produtor nacional. ■



# COAMO

## AJUDANDO O BRASIL A CRESCER



Com o trabalho e a união dos seus mais de 19 mil cooperados nos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, a Coamo Agroindustrial Cooperativa é uma empresa de destaque no agronegócio brasileiro. É responsável por 3,3% da produção nacional de grãos e fibras, e um quarto das exportações das cooperativas brasileiras, estando entre as 30 maiores exportadoras do país. Esta evolução e a inclusão freqüente no ranking das Melhores e Maiores de Exame, consolida a atuação da Coamo na agregação de valor e renda a produção dos seus cooperados e também na geração de empregos, divisas, tributos e qualidade de vida a milhões de brasileiros, colaborando para o sucesso do agronegócio e ajudando o Brasil a crescer.



**Melhor do Setor Comércio na Região Sul  
Melhores & Maiores 2005**

**COAMO**  
AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA

Sede:  
Rua Fioravante João Ferri, 99 - CEP 87308-445  
Campo Mourão - PR - Fone (44) 35180113  
coamo@coamo.com.br - www.coamo.com.br

# Fenômeno no campo e na bola

**Quinhentas equipes, 7,5 mil atletas, 701 jogos, 25 mil pessoas envolvidas. Estes são alguns dos principais números do maior evento esportivo rural do Brasil.**

O pontapé inicial foi dado no dia 25 de junho, com a participação de 500 equipes inscritas. Dois meses depois, no dia 10 de setembro, era conhecida a equipe vencedora da 8ª edição da Copa Coamo de Cooperados 2005 – Futebol Suíço: Linha Esperança, de Toledo (PR). Para o Oeste do Paraná, o título da competição é inédito. E o time de Toledo/Dez de Maio comemorou a vitória triplamente: conquistou o primeiro lugar em sua regional classificatória e venceu a etapa final do torneio de forma invicta, sem sequer empatar um jogo.

A festa de encerramento do torneio, que completa 12 anos de existência, teve como local a sede da Arcam – Associação Recreativa dos Funcionários da Coamo. O ginásio de esportes da Arcam ficou pequeno para receber o grande público que prestigiou o cerimonial de encerramento da Copa Coamo 2005. Apresentações de danças tradicionalistas e a entrada das madrinhas das delegações com as bandeiras dos municípios representados na final da competição, e o desfile das 32 delegações, classificadas para a final do torneio, foram o ponto alto da solenidade.

A pira do fogo simbólico foi idealizada e construída na forma de uma cuia com uma bomba de chimarrão. O



**Desfile das delegações durante solenidade de encerramento da copa**

motivo deste ano foi uma homenagem aos pioneiros cooperados gaúchos. O Hino Nacional foi executado na sanfona, numa emocionante e inusitada interpretação.

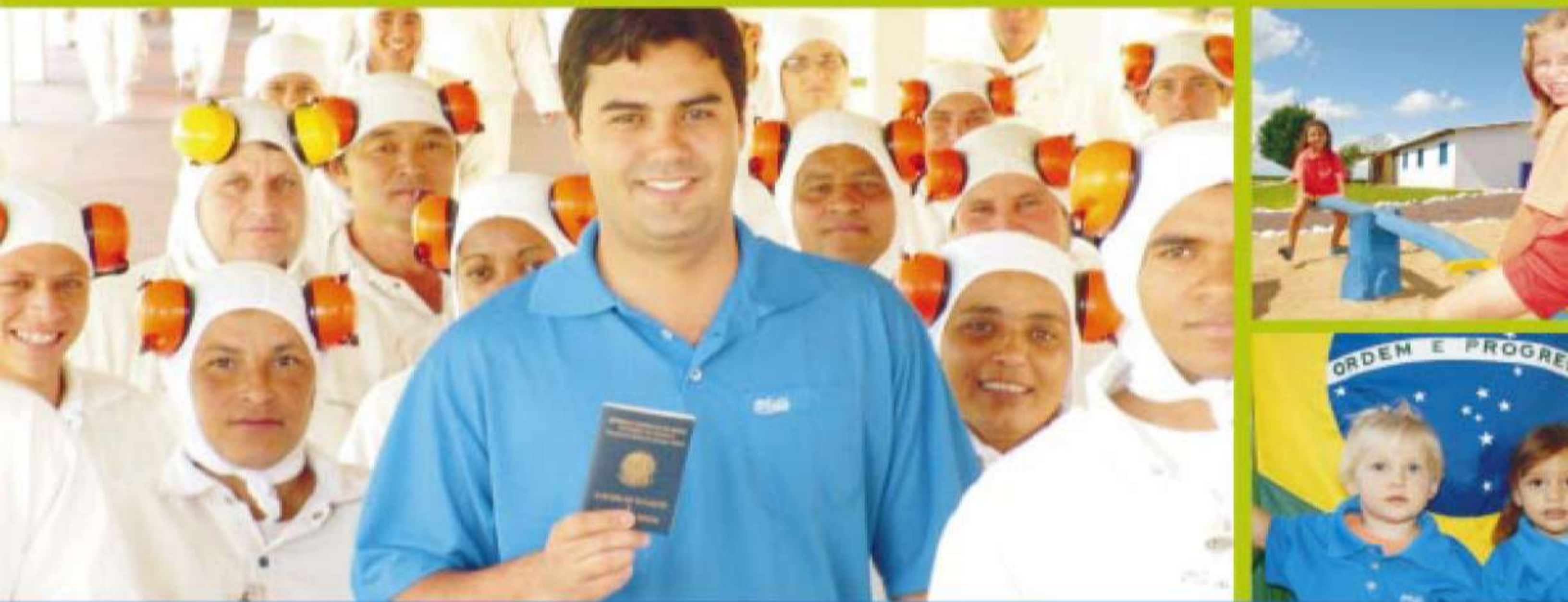
Para o presidente da Coamo, José Aroldo Gallassini, “a Copa Coamo é um projeto de lazer e esporte, iniciado em 1993, que deu certo, com grande aceitação e motivação da família Coamo demonstrada a cada edição”. O evento, segundo ele, vem cumprindo os seus objetivos e colaborando para o desenvolvimento do espírito solidário através da prática esportiva e recreativa, de forma saudável e organizada. “Muitos agricultores já batizaram a Copa Coamo de ‘a copa do mundo, dos cooperados’”, enaltece o dirigente.

## Alguns números

- **701** jogos
- **1,8** mil gols
- **6** cartões vermelhos
- Média de **2,5** gols por jogo
- **500** equipes envolvidas
- **7,5** mil atletas cooperados
- **25** mil pessoas envolvidas
- Média de público: **1,5** mil pessoas por regional
- Idade dos participantes: de **18 a 80** anos



**Estamos plantando hoje  
o futuro deste país.**



**2.000 novos empregos até o final de 2006**

**Mais tributos para os municípios**

**Mais renda para os associados**

**Responsabilidade social**



União Européia

(\*) Nelson Costa

# Na Alemanha, preservação é fonte de renda e bem-estar

A Comunidade Econômica Européia incentiva, através de apoio financeiro, a ampliação das áreas de floresta. A Alemanha possui atualmente 30,8% de seu território com florestas; a França, 28%; a Itália, 23%; e a Espanha, 21%. A superfície florestal vem aumentando, mas não por obrigação do agricultor para plantar árvores. Os governos incentivam o plantio de árvores com objetivo econômico, para melhoria de seus bosques e para a preservação de áreas degradadas. Na Europa, existe um estatuto das florestas que disciplina todo o manejo e incentivo para produção e preservação do meio ambiente. Pelo estatuto, os interesses privados predominam em relação aos públicos.

Desde 2001, todas as atividades devem respeitar requisitos ambientais. Na Espanha, por exemplo, há um plano de incentivo ao plantio de árvores com objetivo de se chegar a 25%. Para isso, criou-se um zoneamento com setores especiais de proteção onde é permitida a exploração de atividades agrícolas, pecuárias e turísticas, concomitantemente com a exploração florestal. O apoio à silvicultura se inscreve na estratégia florestal com o objetivo de garantir a proteção, gestão duradoura e o desenvolvimento de bosques e florestas.

Toda e qualquer ajuda prevista pela Comunidade Econômica Européia se destina a pagamento dos custos não só do plantio, mas também é pago um prêmio anual para cada hectare plantado afim de cobrir os custos de manutenção da floresta por 5 anos; também é pago um prêmio anual por hectare



**Para os alemães, a floresta também deve gerar renda para a comunidade**

para cobrir as perdas de receitas por 20 anos. Este último prêmio pode alcançar € 725/hectare/ano para os agricultores e suas associações, e € 185/hectare/ano para qualquer outra pessoa de direito privado. Se as terras forem públicas, a ajuda se restringe exclusivamente ao desembolso com custos de plantio. A ajuda para o plantio chega a € 1.000/hectare.

**Florestas na Alemanha** - Tanto o governo federal quanto o estadual zelam pela conservação de bosques, os quais têm que cumprir três finalidades básicas: ambiental, econômica e de lazer.

Se por um lado os alemães realizam com frequência caminhadas entre árvores, seja

em bosques urbanos ou em trilhas nas florestas privadas, 97,6% destas são exploradas economicamente para produção de madeira ou lenha. Por ano, são cortados 40 milhões de metros cúbicos de madeira no País. Pinheiros de diferentes espécies são aproveitados pela indústria madeireira. No entanto, devido à sua política de proteção às florestas, a Alemanha corta menos árvores do que planta, o que leva a um aumento da reserva de madeira do País. Desde 1975, a derrubada de árvores de florestas necessita de autorização dos órgãos estaduais responsáveis. A partir dos anos 80, cunhou-se na Alemanha o termo “morte da floresta” (Waldsterben) para seu processo de degradação.

As copas das árvores estavam tornando-se mais rarefeitas e amarelas, tendo como causa a poluição do ar. Governos e cientistas passaram a dedicar atenção especial a este fenômeno.

**Floresta Negra** - Localizada no Sudoeste da Alemanha, Estado de Baden-Württemberg, Suábia —, região montanhosa e de clima bastante frio, percebe-se árvores de espécies coníferas e folhosas que conferem uma característica toda especial à região. Tanto a exploração sustentável quanto o turismo são atividades de 150 anos ou mais. A Floresta Negra é formada por florestas públicas e privadas. As públicas são de propriedade da União, dos Estados e de Municípios. As privadas são de produtores rurais e de pessoas que detêm a posse da terra. As florestas públicas (União e Estados) representam 33,9% de toda a Floresta Negra, as privadas 46,3% e as municipais 19,8%.

A gestão das florestas na Alemanha é realizada por um engenheiro florestal, que assume determinada área perante à administração pública de até 10 mil hectares, a qual fica sob sua responsabilidade, não podendo ser cedida para outro profissional. Os serviços prestados por ele consistem na avaliação da floresta para concessão de licença de corte. Cada árvore para ser derrubada deve ser avaliada de forma conjunta com o proprietário, tendo como parâmetro o rendimento econômico que dará. A cada dez anos, a floresta é avaliada e as árvores que dão padrão de corte são autorizadas para serem derrubadas.

**Exploração econômica** - A Floresta Negra é explorada economicamente pelos seus proprietários, com o plantio de culturas para produção de pastagens, criação de animais, turismo, caça e madeira. Existe um zoneamento que indica a aptidão das áreas e, com base nesse zoneamento, os produtores decidem o que fazer com a área. As florestas são classificadas como públicas para efeito de visitação e caça. O acesso das pessoas é livre e a caça também.

As florestas públicas não são passíveis de arrendamento, porém, o detentor

da propriedade (União, Estados ou Municípios), após a avaliação do engenheiro florestal, que pode realizar o manejo, localiza os compradores e os autoriza a cortar a madeira, mediante pagamento do seu valor ao poder concedente. O corte é realizado sob sua fiscalização.

A licença para corte das árvores é concedida para o máximo de um hectare por área. O corte raso da floresta geralmente não é permitido porque existem muitos problemas de erosão na região. Todas as árvores poderão ser cortadas, exceto aquelas que tenham um interesse histórico, que por exemplo, tenham sido plantadas por autoridades ou estejam localizadas em locais públicos.

Lá não se recomenda que as árvores fiquem velhas na floresta, devido à possibilidade de contaminação por insetos para as demais. Outro ponto é que, caso a árvore fique velha, ela pode secar e não dar rendimento econômico esperado. Há um conceito para os alemães de que a floresta também deve gerar renda para as comunidades.

**A caça** - A caça é permitida. Cada caçador interessado necessita de uma licença especial do poder público. Os proprietários não podem impedir a caça em suas áreas. Mas para que uma área seja considerada própria para caça, ela precisa ter no mínimo 90 hectares contínuos. Um funcionário do governo, juntamente com os caçadores, agrupados em associação, avalia quantos animais poderão ser abatidos. Não é permitido o uso de cães de caça.

**Turismo** - Inúmeras pousadas e estações de esqui aproveitam as belezas naturais da Floresta Negra para atrair visitantes em férias, tanto da Alemanha quanto de outros países.

Das nove regiões voltadas ao turismo, três são para estações de inverno, onde os turistas praticam esportes da neve, ou procuram clínicas de repouso e recuperação, aproveitando as boas qualidades do ar.

**A agricultura** - Na parte agrícola, os produtores cultivam pastagens, produção de feno, trigo e frutas. Na pecuária, gado

de corte e de leite, suínos e ovinos. As áreas para produção são aquelas que apresentam melhor topografia, pois a região é muito montanhosa. O produtor rural mora na propriedade, as casas são localizadas nas partes baixas, rodeadas de cultivos e criações.

Muitas propriedades são utilizadas também para visitação (turismo). O conceito de contemplação da natureza é muito desenvolvido pelas pessoas. É comum a realização de viagens para este fim.

Na região da Floresta Negra, poucos proprietários vivem somente da agricultura. O tamanho das propriedades varia entre 2 e 8 hectares. Um detalhe: atualmente o governo procura inibir a produção de leite por causa do excesso de produto. É permitida uma cota específica, os pecuaristas ganham para não produzir excedente.

**Preservação de rios e nascentes** - O corte das árvores pode ser realizado na beira dos rios e nascentes, em vista de que o corte é seletivo, ou seja, somente as árvores que apresentarem potencial econômico são autorizadas a serem abatidas, em consequência, a influência para as águas é muito baixa. Nas áreas destinadas para preservação permanente, o estado paga ao proprietário um determinado valor para sua manutenção. O estado pode comprar uma área que é de seu interesse ou fazer contrato de preservação com os proprietários.

**A legislação florestal** - Na Alemanha, existe a Lei Geral de Proteção do Solo e da Água, que proíbe deixar o solo descoberto, não permitindo atividade neste local. O proprietário não tem obrigatoriedade de manter uma reserva florestal, a legislação não prevê. Por outro lado, o governo incentiva proprietários a explorar economicamente suas florestas e os subsidia para que fiquem na propriedade evitando assim o chamado êxodo rural.

(\*) Superintendente-Adjunto da Ocepar. De 10 a 26 de junho/05, Nelson Costa participou de uma viagem técnica à Europa, a convite da Federação da Agricultura do Estado Paraná (Faep).

# Osmar

**Governo não cumpre com a palavra e veta recursos na LDO para o setor produtivo**

## lamenta descaso do governo com a agricultura



**D**urante discurso na tribuna do Senado, o senador Osmar Dias (PDT-PR) reclamou da falta de atenção do governo federal com a agricultura brasileira. O senador lamentou que o governo Luiz Inácio Lula da Silva tenha vetado pontos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2006, que tinham sido acordados com o setor agrícola durante o chamado “tratoação”, mobilização realizada por produtores rurais em junho, em Brasília.

Osmar Dias acusou o governo de não cumprir a palavra ao vetar, por exemplo, a renegociação das dívidas dos produtores (cerca de R\$ 20 bilhões) e a compensação dos Estados pelas perdas com o fim da cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os bens exportados, ocasionadas pela chamada Lei Kandir. O senador ressaltou que a compensação por essas perdas interessava particularmente ao setor agrícola e aos Estados exportadores de bens primários, alertando que o veto pode trazer ao Paraná uma perda da ordem de R\$ 100 milhões.

O senador ressaltou que o PIB do agronegócio brasileiro caiu cerca de 10% se comparado ao do ano passado, a primeira queda desde 1997, segundo afirmou. A diminuição do PIB do setor, avaliou Osmar Dias, não se deve apenas à estiagem do primeiro semestre, mas também à política econômica. Ele disse que o País enfrenta uma transferência do setor produtivo para os bancos.

Segundo o parlamentar, “o lucro dos bancos bate recordes, é o maior da história, chegou a R\$ 12 bilhões no primeiro semestre, só contando com os principais bancos. Enquanto a arrecadação dessas instituições cresce, os agricultores e os fornecedores de equipamentos estão quebrando, e já se percebe a venda de tratores para o pagamento de dívidas”.

Osmar Dias frisou que, só com o pagamento dos juros da dívida externa, o governo já gastou, até agosto deste ano, mais de US\$ 100 bilhões, um aumento de 26% em relação ao mesmo período de 2003. Enquanto isso, lembra Osmar, “o governo Lula se nega a renegociar os R\$ 20 bilhões das dívidas dos produtores rurais, “que precisam desta renegociação para financiar a próxima safra”.



# MELHOR GESTOR ESPECIALISTA DE FUNDOS DE RENDA FIXA.

O Guia EXAME 2005 – Os Melhores Fundos de Investimento elegeu o Banco Cooperativo SICREDI o Melhor Gestor Especialista de Fundos de Renda Fixa.

O ranking atribuiu ainda ao SICREDI FI Invest Plus Curto Prazo a cotação de cinco estrelas, pontuação máxima da avaliação, pela segunda vez consecutiva.

O Banco Cooperativo SICREDI é uma das empresas do Sistema de Crédito Cooperativo – SICREDI, o qual congrega 132 cooperativas de crédito singulares no Brasil, com 868 unidades de atendimento e mais de 900 mil associados.

# Compromisso com o futuro

**Forjar novas lideranças  
para o sucesso  
do sistema cooperativista  
no Paraná e no Brasil**



O jovem é o presente e o futuro da cooperativa. Ele tem direitos e deveres. Manter, respeitar e inovar aquilo que nossos antecessores passam para nós. Ser solidário, buscar e levar novos conceitos que colaborem com o bem comum de todos. Além de adquirir informações novos conhecimentos, o jovem participa ativamente da cooperativa e deve compartilhar dados em busca de melhores resultados.

Esse foi o posicionamento de um dos cinco grupos de jovens que participaram das oficinas de trabalho durante o “Encontro da Liderança Cooperativista Jovem”, realizado em Curitiba nos dias

5 e 6 de setembro. A resposta do grupo à pergunta “Qual a responsabilidade dos jovens quanto ao cooperativismo na propriedade rural, na comunidade e na cooperativa?”, mostra o grau de maturidade das lideranças jovens cooperativista do Paraná. “Esse é o resultado de um trabalho de organização da juventude cooperativista que vem sendo feito há mais de uma década e que tem propiciado a sua formação e integração na vida das cooperativas”, afirma Leonardo Boesche, gerente de Desenvolvimento Humano do SESCOOP Paraná.

Embora várias cooperativas atuassem na organização da juventude rural, esse trabalho ganhou vulto estadual após a

realização, em 1991, do primeiro Encontro de Jovens Agricultores Cooperativistas, pela cooperativa Cotia. Diante do sucesso, o encontro passou a ter caráter estadual, realizado cada ano numa cooperativa. Hoje, denominado Jovemcoop e já tendo sido realizado por 14 vezes, estes encontros reúnem em média 700 jovens vindos de cooperativas do Paraná e de outros Estados, tornando-se referência no setor. Como é mais difícil trabalhar muito mais profundos com um grupo muito grande, o Sistema Ocepar/Sescoop-PR e as cooperativas ampliaram o trabalho em outras frentes, visando o alcance de objetivos específicos.

No ano passado, o Sistema realizou o



**Representantes de diversas cooperativas participam do encontro em Curitiba**



**Izabel Bento, coordenadora nacional: “despertar nos jovens os valores do cooperativismo”**

“Encontro da Liderança Cooperativista Feminina”; neste, o “Encontro da Liderança Cooperativista Jovem”. Os alunos das cooperativas das escolas agrícola e florestal participam, anualmente, do Ecopeagri. E o Cooperjovem, um programa de difusão do cooperativismo nas escolas de nível médio, foi lançado há quatro anos e a cada ano se fortalece. Essas ações coordenadas pela Ocepar e pelo Sescop-PR visam cumprir com os três últimos princípios cooperativistas: Educação, formação e informação; Intercooperação e o Interesse pela comunidade.

Ao abrir o encontro de jovens lideranças o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, lembrou que o sistema cooperativista paranaense se destaca em ações direcionadas aos jovens. “Vocês são a nata desse processo, no qual foram escolhidos a dedo para participar dessa formação”, disse, apelando para que cada um agarre essa rara oportunidade. Koslovski frisou que os líderes escolhidos para participar do encontro terão a responsabilidade de levar às bases o conhecimento que estão adquirindo, para ser um disseminador entre os demais jovens.

Como o encontro teve por objetivo integrá-los, trocar experiências e construir uma proposta de ações a serem desenvolvidas com as lideranças jovens, boa parte da tarde do primeiro dia foi dedicada às oficinas de aprendizagem. Divididos em grupos, os jovens leram documentos e se posicionaram sobre cinco temas que dizem respeito às suas atividades

como associados ou filhos de associados.

**Quebra de paradigma** - Os cinco grupos mostraram, em suas respostas, o grau de comprometimento com o encontro e com as cooperativas onde atuam. Alguns posicionamentos surpreenderam pela profundidade.

O encontro também serviu para demonstrar aos jovens a importância da organização sistêmica do cooperativismo: “pois, unidos, concentramos forças, união e integração, dando a importância de cooperar entre as cooperativas com o objetivo de agregar valores e lutar pela parcela de contribuição”.

A coordenadora dos grupos de jovens da Coagru, Maria Rosa Oliveira, vem observando que a participação dos jovens na cooperativa está ficando melhor. “O jovem não sabia nada da cooperativa. Agora, ele começa a entender e muitos que pensavam em sair da cooperativa agora estão permanecendo”, afirmou. Maria Rosa considera importante o apoio da cooperativa ao trabalho dos jovens que, na Coagru, considera muito bom. “Se a gente se dispõe, ela faz. Não falta apoio da cooperativa”.

**Encontro nacional** - O trabalho com a juventude cooperativista, mais forte em alguns Estados, é uma preocupação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que realizou, no dia 15 de setembro, um encontro da Comissão Nacional Provi-

sória de Jovens Cooperativistas. O objetivo é promover ações nacionais para “despertar nos jovens os valores do cooperativismo, construindo novas lideranças para atuarem no setor”. Durante dois dias, o grupo discutiu a elaboração de plano de ação a ser executado até 2007. A coordenadora da comissão, Izabel Bento (da Coagru – PR), que representa a região Sul, disse que o plano foi entregue para a apreciação da diretoria da OCB.

Segundo Izabel, esse trabalho de organização nacional da juventude cooperativista levará à indicação de um jovem para participar do Conselho de Administração da OCB, embora sem poder de voto. O programa de trabalho nesta área prevê, para 2006, a realização de encontros regionais de jovens e, para 2007, um encontro nacional. “Vamos formar uma identidade cooperativista jovem. Hoje, cada Estado faz a seu modo, mas não de forma unida”, afirma.



# DNA

## Copacol 1/40/5

Com a participação dos colaboradores, através de votação realizada nas reuniões de divulgação do Pacto Global, foram escolhidas as principais ações que ajudaram a construir o propósito estratégico da Copacol: DNA 1/40/5.

Estes objetivos serão concretizados até 2008, quando então, a cooperativa completar 45 anos.



**R\$ 1 bilhão de faturamento/ano**



**Recomposição de matas ciliares em 40 rios, córregos e nascentes**



**Associado/Colaborador/ Comunidade: Projeto de Responsabilidade Social para atender 5 mil crianças e adolescentes**

Mantendo a sua filosofia cooperativista, com uma administração profissionalizada, a Copacol enaltece em seu negócio, a missão de integrar valor à vida. Com isto, associados, colaboradores, comunidade, clientes, consumidores e demais públicos envolvidos com as atividades da Copacol, estão convidados a unir esforços para promover o crescimento do Ser Humano através do Desenvolvimento Sustentável.



# Cooperativas paranaenses prospectam negócios no

# Ceará

**Dirigentes ficaram entusiasmados com o desenvolvimento da fruticultura cearense**

Com o objetivo de conhecer mais sobre projetos de irrigação, programas de fruticultura e floricultura no Estado do Ceará, além de aproveitar para visitar a Feira Internacional de Fruticultura, Floricultura e Agroindustrial (Frutal), um grupo de nove dirigentes de cooperativas do Paraná, em companhia do presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski e do presidente da Organização das Cooperativas do Ceará (Ocec), João Nicélio Alves, esteve entre os dias 12 e 16 de setembro, cumprindo uma extensa programação de visitas técnicas a cooperativas, empresas e propriedades agrícolas naquele Estado.

Segundo Koslovski, os dirigentes voltaram entusiasmados com tudo o que puderam ouvir e conhecer. “Percebemos que existe uma determinação muito forte, por parte do governo do Ceará, de investir em estruturas que facilitem o desenvolvimento de projetos como da fruticultura, floricultura e da piscicultura”. Outro ponto importante, segundo o dirigente



**Dirigentes paranaenses durante visita ao Porto de Pecém**

cooperativista, é a interação que existe entre a visão estratégica do governo para investimentos de infra-estrutura e as reais necessidades do setor produtivo. “Esta integração entre o Estado e a iniciativa privada faz do Ceará uma referência mundial em produção de frutas em áreas irrigadas e também em exportações desses produtos, onde se destaca a excelente infra-estrutura do Terminal Portuário do Pecém, localizado no município de São Gonçalo do Amarante (CE), primeiro terminal do Brasil a receber certificação ISPS CODE, sigla em inglês para Código Internacional para a Segurança de Navios e Instalações Portuárias”, ressaltou Koslovski.

O presidente da Ocepar também lembra que a localização geográfica do Estado do Ceará possibilita um acesso mais rápido, tanto aéreo como marítimo, para a Europa e outros mercados. Para se ter uma idéia, apenas o Porto de Pecém foi responsável, em 2004, por US\$ 729,3 milhões com exportações dos mais diversos produtos, os quais se destacam as frutas, pescados e flores. O clima adverso não é mais

problema, diante do trabalho desenvolvido ao longo de vários governos para a irrigação de extensas áreas, fazendo do Ceará um Estado importante na produção de frutas, principalmente. Koslovski disse que diversos dirigentes das cooperativas do Paraná manifestaram interesse de enviar filhos de cooperados para desenvolver projetos de fruticultura. “Idéia esta que foi muito bem recebida, tanto pelo governador, como pelo secretário da Agricultura daquele Estado”, lembrou.

Além do presidente da Ocepar, participaram da visita o presidente da cooperativa Bom Jesus, Luiz Roberto Baggio, da Cocamar, Luiz Lourenço, da Agrária, Jorge Karl, da Lar, Irineo da Costa Rodrigues, da C.Vale, Alfredo Lang, da Cofercatu, José Otaviano de Oliveira Ribeiro, da Integra da, Carlos Yoshio Murate, e da Corol Eli-seu de Paula, e o presidente da Ocec, João Nicélio Alves Nogueira. O governador do Ceará, Lúcio Gonçalo de Alcântara, e o secretário de Agricultura, Carlos Matos Lima, fizeram questão de receber as lideranças cooperativistas. ■

Objetivos coletivos,  
transparência e

# desenvolvimento



Gerson Laueremann, ao centro, e a equipe de autogestão do Sescop-PR

No Paraná, o trabalho de orientação, operacionalização do monitoramento e acompanhamento das cooperativas são alguns dos instrumentos preconizados no Programa de Autogestão desenvolvido pela equipe da Gerência de Desenvolvimento e Autogestão do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

(Sescop-PR). Gerenciados pelo economista Gerson José Laueremann, estes profissionais desenvolvem atividades que visam manter a qualidade da gestão das sociedades cooperativas, a credibilidade a terceiros, a transparência perante o quadro social e, principalmente, a solidificação das sociedades cooperativas. Segundo Laueremann, “vários instrumen-

tos combinados são utilizados com este objetivo, segregado segundo a sua natureza e necessidades a fim de garantir maior resultado com menor dispêndio financeiro possível”. Dentre os principais, Laueremann destaca o sistema de análise e acompanhamento das cooperativas, auditoria de gestão, apoio e orientação à constituição de novas cooperativas e



apoio a as pequenas cooperativas. “Trabalho este realizado através do Programa Integral de Apoio às Pequenas Cooperativas, o Procoope, uma idéia que surgiu aqui no Paraná e que hoje é exemplo para outros Estados também”, destaca.

O gerente explica que a autogestão é o processo pelo qual os próprios cooperados, dirigentes e colaboradores assumem a total responsabilidade pela gestão da cooperativa, sem a necessidade de qualquer interferência externa em seu funcionamento. Este processo está inserido no Programa de Autogestão das Cooperativas Brasileiras.

**Constituição e registro** - É neste setor que pessoas ou grupos interessados, recebem orientação e acompanhamento na constituição e registro de novas cooperativas, respeitando-se a Lei e os princípios que norteiam o cooperativismo, bem como a viabilidade do negócio a ser iniciado. Esta atuação é considerada como ação preventiva de monitoramento e pode ser realizada através de entrevistas pessoais, por telefone, correio, correio eletrônico e distribuição de materiais. O setor também é responsável pela análise de processos de pedidos de registro de cooperativas no Sistema Ocepar. Nos primeiros oito meses deste ano, foram dadas 129 orientações para grupos interessados em constituir cooperativas, com a realização de nove palestras sobre cooperativismo. Além do recebimento e análise de processos de pedidos de registro, sendo concedidos 16 registros provisórios e 9 registros definitivos, além de 2 cancelamento de cooperativas.

**Procoope** - Já o Programa Integral de Apoio às Pequenas Cooperativas, Procoope, tem atuação voltada ao atendimento das cooperativas de pequeno porte. As entidades atendidas são acompanhadas através da realização de visitas técnicas orientativas. Entre as principais ações do setor estão o apoio de todo e qualquer evento voltado à profissionalização da gestão cooperativa e seus cooperados, em especial as urbanas; e assessorar diretamente na implantação de controles e regularização da documentação no início

das atividades das novas cooperativas, orientando-as quanto à manutenção dos livros obrigatórios, aspectos societários, contábeis, legais, fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas. Até agosto deste ano, além de todo o processo de assessoramento, o Procoope realizou 40 visitas técnicas, 17 palestras sobre cooperativismo e auxiliou na organização do 2º Encontro Estadual de Cooperativas de Colégios Agrícolas (Ecoopeagri), que contou com a participação de 515 alunos.

**Análise e acompanhamento das cooperativas** - O setor tem sua atuação voltada ao acompanhamento e desenvolvimento da gestão das cooperativas. A principal ferramenta de avaliação e acompanhamento é o SAAC (Sistema de Análise e Acompanhamento das Cooperativas), instalado em todas as cooperativas participantes. O programa permite, além da auto-análise, efetuar uma avaliação comparativa com o desempenho das demais cooperativas, nos cenários estadual e regional. Entre as atribuições do setor, também está a realização de cursos para conselheiros fiscais; cursos de análise e interpretação de balanços para dirigentes; sobre a proteção financeira em cooperativas; e fóruns financeiros (tendências), sempre com o objetivo de atingir a melhoria da gestão. A gerência de autogestão também procura municiar os dirigentes cooperativistas com indicadores econômico/financeiros de outras empresas, não-cooperativas, para possibilitar a formação de um cenário comparativo.

Este setor realizou, até agosto, 38 visitas técnicas, elaborou 39 relatórios de acompanhamento econômico financeiro de cooperativas, 10 cenários comparativos de indicadores de gestão, três fóruns financeiros e oito cursos para Conselheiros Fiscais, com 233 participações. Além de cursos de formação de preços, estudos especiais para cooperativas quanto à capitalização, reforma estatutária e de gestão.

Entre as atividades principais deste ano da gerência de desenvolvimento e autogestão está a elaboração e consolidação do Plano Paraná Cooperativo 2010, que é um planejamento estratégico do coopera-

tivismo agropecuário paranaense.

**Auditoria de Gestão** - Para acompanhar o desempenho das cooperativas em todos os seus aspectos relevantes, existe um conjunto de controles que determina a segurança e a confiabilidade que o associado e o público externo exigem da administração cooperativista. Os executores da análise desses controles, que combinados atingem o que se denomina de auditoria integral ou auditoria de gestão, são: Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Auditoria Independente.

Entre as principais ações do setor estão: o acompanhamento da atuação do Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Auditoria Independente; o acompanhamento do plano de trabalho do Conselho Fiscal, da Auditoria Interna e da Auditoria Independente, visando atuação integrada e direcionamento do foco dos trabalhos para a “Auditoria de Gestão”; a análise técnica de processos de pedido ou renovação de registro do exercício da atividade de auditoria independente, no âmbito das cooperativas, conforme normas estabelecidas e aprovadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB; à orientação contábil e aplicação dos procedimentos tributários às cooperativas; e a profissionalização de auditores e contadores, promovendo cursos, seminários, encontros e fóruns estaduais.

Até o mês de agosto, a Auditoria de Gestão realizou 29 visitas técnicas de acompanhamento, sendo 20 em Unimed's e nove em cooperativas agropecuárias. Ela elaborou também estudos especiais quanto a MP's 227, 232/04 e 252/05 com a elaboração de 10 emendas à as mesmas; quanto ao impacto da PEC 285/04 sobre as cooperativas; e sobre a Instrução Normativa 03/2005 do INSS. Realizou Fórum dos Contadores, Curso para Auditores Internos e de Preenchimento da DIPJ. Elaborou trabalhos especiais para orientação tributárias para cinco cooperativas; modelo de contrato de parceria agrícola para as cooperativas de cana-de-açúcar, com forma de contabilização; Pis/Cofins sobre o álcool; Resolução Bacen sobre Cotas Partes; Decreto Trigo SP; entre outros. ■

# Cooperativa

## lança creme e condensado de soja

De olho em uma demanda crescente por produtos mais saudáveis, a Cocamar amplia seu portfólio de itens elaborados com soja

Investindo cada vez mais em produtos com apelo saudável, a Cocamar Cooperativa Agroindustrial está fazendo chegar às gôndolas dos supermercados o seu creme de soja, uma alternativa ao similar de origem animal. Comercializado em embalagem cartonada de 200 ml com a marca Purity, o creme foi desenvolvido e aprimorado pela cooperativa ao longo de vários meses, período em que outro produto, um condensado à base de soja, também foi testado e aprovado.

O lançamento do creme aconteceu no último dia 30 de setembro durante evento para mais de 300 convidados, a maioria supermercadistas, em Maringá-PR, cidade onde estão a sede e o parque industrial da cooperativa. Na oportunidade, foram servidos vários pratos preparados com o produto. O creme amplia o leque de itens elaborados com soja pela cooperativa e está sendo distribuído a milhares de pontos de vendas do Paraná e de outros sete Estados. A expectativa é conquistar justamente consumidores que estão optando por uma alimentação mais saudável, além dos que têm restrição à lactose. Pesquisa ACNielsen realizada em vários países apontou que alimentos produzidos com soja tiveram demanda 31% superior em 2004, comparando com 2003.

A Cocamar, cada vez mais identificada como especialista em produtos à base de soja (produz também óleos e bebidas à base dessa oleaginosa), aposta nessa expansão da procura por alimentos que utilizam tal matéria-prima. Em breve, pretende lançar o condensado de soja, – já com conteúdo

aprovado e embalagem praticamente finalizada, seguida de uma série de iogurtes, com vários sabores. Mas a linha de varejo da cooperativa, que já tem óleos de soja, milho, girassol e canola, café torrado e moído, cappuccinos, álcoois gel e doméstico, maioneses, atomatados, molhos, sucos e néctares de frutas e bebidas à base de soja, deverá contar também, possivelmente no primeiro semestre de 2006, com farinha de trigo.

Em 2005, esse segmento deverá atingir um total de R\$ 270 milhões em vendas,



Novos produtos com a tradicional marca Purity

contra R\$ 230 milhões do ano passado, participando com pouco mais 20% do faturamento de todo o grupo Cocamar, estimado em R\$ 1,115 bilhão. A meta para este ano dá mostras do plano ambicioso da cooperativa de crescer no setor de varejo: se em 2000 o faturamento não passou de R\$ 70 milhões, o objetivo para os próximos cinco anos é chegar a R\$ 500 milhões, o que será possível, acredita a cooperativa, colocando no mercado produtos que atendam ao desejo do consumidor por produtos mais saudáveis. ■

Produtos feitos com **Amor** tem muito mais **Sabor**,  
e o resultado é muito sucesso nas vendas.

3º Lugar  
Marca mais  
vendida



4º Lugar  
Marca mais  
vendida

Veja nossa linha de produtos



**A MARCA DO CORAÇÃO**

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL LAR  
Av. Brasília 1220 - Bairro Condô - Medianeira - PR  
Fone: (45) 3264-8800 - Fax: (45) 3264-8801  
SAC: 0800 45-8800 - Site: [www.lar.ind.br](http://www.lar.ind.br)

## Exportações do Agronegócio batem novos recordes, complexo soja recua!

De janeiro a agosto de 2005, mesmo com condições adversas de preço e taxa de câmbio, as exportações do setor de agronegócio tiveram um aumento de 10% sobre o mesmo período do ano passado, fechando em US\$ 28,7 bilhões. Esse crescimento justifica-se pelo aumento das vendas de carnes, açúcar, álcool e café. De janeiro a agosto de 2005, as exportações do

complexo soja atingiram US\$ 6,6 bilhões, um declínio de 13,6% sobre o mesmo período do ano passado. O setor de carnes nesse mesmo espaço de tempo aumentou as exportações em 33,7%, chegando a US\$ 4,7 bilhões, e açúcar e álcool em 62,5%, atingindo US\$ 3 bilhões de receita com as exportações realizadas entre janeiro a agosto de 2005.

### INDICADORES CONJUNTURAIS DA ECONOMIA

#### ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Ago 05	Jul 05	Jun 05	Mai 05	Abr 05	Mar 05	Fev 05	Jan 05	Dez 04	Nov 04	Out 04	Set 04	Ago 04	Ano 04	Ano 03	Ano 02	Ano 01	Ano 00
Taxa inflação	IPCA	0,17	-0,25	0,02	0,49	0,58	0,61	0,59	0,58	0,86	0,69	0,44	0,33	0,69	7,60	9,30	12,53	7,67	5,97
	IGP-Di	-0,79	-0,40	-0,45	-0,25	0,51	0,99	0,40	0,33	0,52	0,82	0,53	0,48	1,31	12,14	7,67	26,41	10,40	9,80
Taxa desemp.	%	9,4	9,4	9,4	10,2	0,8	10,8	10,6	10,2	9,6	10,6	10,5	10,9	11,4	11,75	12,3	7,1	6,2	7,1
Taxa de Câmbio	R\$/US\$	2,36	2,37	2,41	2,45	2,45	2,70	2,60	2,69	2,72	2,79	2,85	2,89	3,00	2,92	3,08	3,49	2,35	1,83
Taxa Selic	%	19,75	19,75	19,75	19,75	19,75	18,97	18,47	17,93	17,51	16,97	16,41	16,10	15,86	17,51	23,37	20,44	19,05	16,19
TJLP	%	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	9,83	11,5	10,0	10,0	9,75
TR	%	0,347	0,257	0,290	0,250	0,200	0,263	0,096	0,188	0,240	0,115	0,111	0,173	0,200	0,379	0,274	0,189	0,189	0,173
Balança Com.	Bi US\$	3,67	5,00	4,03	3,45	3,88	3,35	2,79	2,18	3,51	2,08	3,00	3,17	3,44	24,79	13,13	2,64	2,64	-0,75
Res. Internac.	Bi US\$	55,08	54,69	59,88	60,71	61,59	61,96	59,02	54,02	52,93	50,13	49,42	49,50	49,59	52,93	46,56	37,06	35,87	33,01

Fonte: FGV, IBGE, Bacen, MDIC - Elaboração: Ocepar/Getec - 2005.

### INDICADORES CONJUNTURAIS DA ECONOMIA

#### ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Jul 05	Jun 05	Mai 05	Abr 05	Mar 05	Fev 05	Jan 05	Dez 04	Nov 04	Out 04	Set 04	Ago 04	Jul 04	Ano 05*	Ano 04	Ano 03	Ano 02	Ano 01	Ano 00
Algodão caroço	R\$/@	13,16	13,13	13,04	13,12	13,00	12,94	13,19	14,29	14,59	14,79	14,91	14,89	14,88	13,23	17,03	17,50	9,96	8,28	9,35
Café em coco	kg/renda	3,41	3,54	3,83	3,97	3,96	4,13	3,84	3,45	3,27	3,02	2,85	2,73	2,64	3,77	2,82	2,31	1,56	1,42	2,21
Milho	R\$/Sc	15,02	15,87	15,95	15,97	16,26	15,78	13,38	13,02	12,71	13,49	14,23	15,03	14,97	15,16	15,53	15,73	13,90	8,31	10,75
Soja	R\$/Sc	27,61	29,12	29,19	27,81	29,20	31,76	27,01	29,15	28,90	29,50	30,97	34,54	34,22	28,86	38,42	37,42	25,69	19,06	17,21
Trigo	R\$/Sc	19,55	19,73	20,23	21,78	22,93	20,78	19,18	19,60	20,05	20,76	21,33	22,59	24,63	20,47	24,51	27,24	29,49	15,65	13,09
Cana-de-açúcar	R\$/t	28,65	28,05	27,70	27,89	27,87	27,78	28,22	28,01	28,46	27,97	27,03	26,45	26,09	28,02	25,77	26,04	20,02	21,06	17,24
Mandioca	R\$/t	93,18	95,54	106,71	124,35	128,03	136,35	164,82	187,89	211,59	226,64	234,08	236,73	219,01	129,61	238,10	197,95	59,08	45,12	73,82
Boi gordo	R\$/@	48,47	49,95	50,08	50,53	51,05	52,37	53,93	55,77	56,84	56,65	55,77	56,75	57,48	51,52	55,89	54,14	45,41	40,21	38,15
Frango vivo	R\$/kg	1,38	1,37	1,36	1,37	1,37	1,35	1,33	1,40	1,62	1,51	1,47	1,40	1,44	1,37	1,44	1,37	1,02	0,86	0,80
Leite cota	R\$/l	0,46	0,51	0,52	0,51	0,50	0,48	0,47	0,46	0,47	0,48	0,49	0,49	0,49	0,49	0,45	0,41	0,30	0,28	0,30
Suíno raça	R\$/kg	2,09	1,99	1,36	1,88	2,27	2,55	2,53	2,51	2,75	2,68	2,62	2,67	2,46	2,21	2,24	1,59	1,17	1,23	1,09

Fonte: Seab/Deral - Elaboração: Ocepar/Getec - setembro/2005. Preços médios mensais recebidos pelos produtores paranaenses - \*Média simples jan a ago 2005

### INDICADORES DO COOPERATIVISMO

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004
Faturamento (bilhões R\$)	6,49	8,02	11,21	15,50	18,00
Cooperativas (unidades)	194	193	202	204	210
Cooperados (unidades)	243.224	245.884	266.523	293.579	348.000
Colaboradores (unidades)	28.460	30.421	32.693	39.059	45.000
Exportações (milhões US\$)	355,42	633,82	643,87	800,00	1.000,00
Investimentos (milhões R\$)	-	300	350	450	780
Participação no PIB do Paraná	9,70%	10,50%	13,30%	16,50%	18,00%
Participação no PIB agropecuário do PR	47,00%	55,00%	52,00%	53,00%	55,00%

Fonte: Ocepar/Getec. O PIB do Paraná em 2003 foi de R\$ 94,17 bilhões e o valor bruto da produção agropecuária no Paraná foi de R\$ 28,01 bilhões.



# O poder de troca da agricultura

A partir desta edição, iremos publicar levantamento realizado pela gerência técnica econômica da Ocepar, sobre a evolução da relação de troca da soja, milho e trigo com os principais insumos e máquinas utilizadas na produção agrícola. A relação de troca é

um excelente indicador para acompanhar a evolução do poder de compra das *commodities*, pois demonstra, através de gráficos, a quantidade de sacas necessárias para se adquirir um determinado produto (insumo ou máquina). Entre os meses de agosto de 2004 e 2005, por exemplo, os preços

dos fertilizantes, divulgados pela SEAB/Deral, caíram entre 15 e 20%. No entanto, nesse mesmo período, o preço da soja caiu 28% e do trigo 23%, o que resultou na piora na relação de troca para esses produtos no Estado do Paraná, conforme pode ser observado nos gráficos abaixo. ■

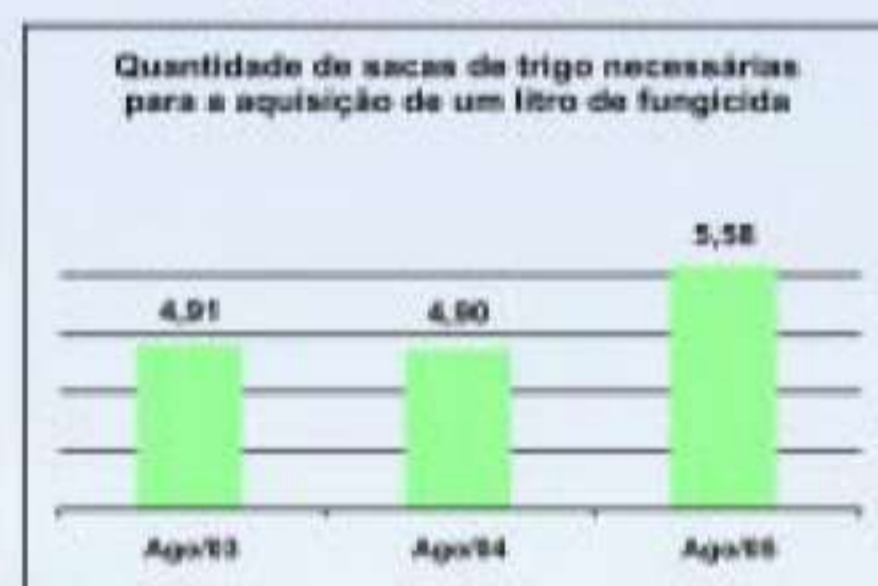
### SOJA X INSUMOS



### MILHO X INSUMOS



### TRIGO X INSUMOS



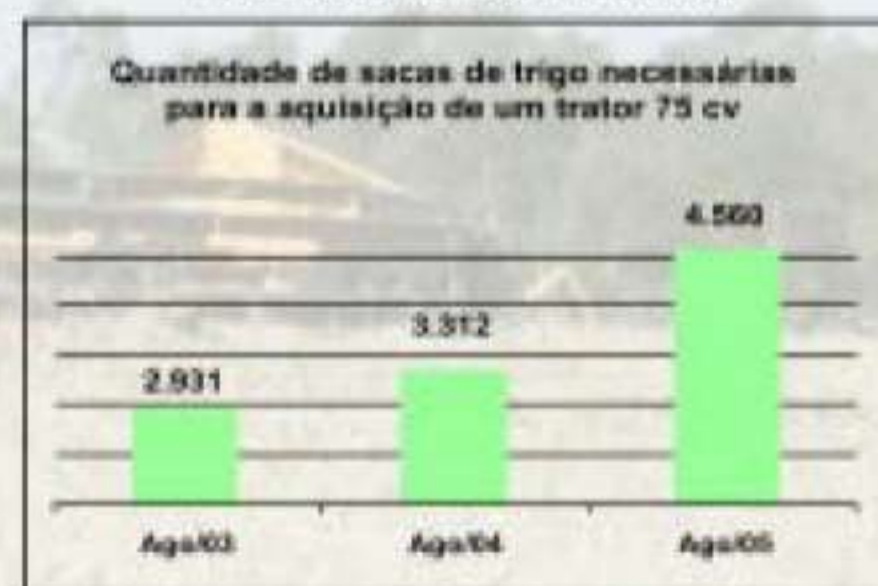
### SOJA X MAQUINÁRIO



### MILHO X MAQUINÁRIO



### TRIGO X MAQUINÁRIO



## Espaço do leitor



As cartas devem ser encaminhadas para a Rua Mateus Leme, 575, Centro Cívico, CEP: 80530-010 – Curitiba – Paraná, ou pelo e-mail [imprensa@ocepar.org.br](mailto:imprensa@ocepar.org.br)



Considerando a oportunidade em que tivemos de conhecer a revista Paraná Cooperativo, apresentada pelo professor Claudinei Vieira, também funcionário da Cooperativa Capal (Arapoti), analisamos seu conteúdo, voltado especificamente para o sistema cooperativista e do agronegócio, nos certificamos que a mesma poderá contribuir muito para o Curso de Agronegócio desta Faculdade em Arapoti. Sendo assim, parabenizamos toda equipe do Departamento de Imprensa da Ocepar e solicitamos que seja estudada a eventual possibilidade de recebermos mensalmente a referida revista.

**Biblioteca da Faculdade Arapoti**  
Arapoti - PR



Aceusamos o recebimento da Revista Paraná Cooperativo ano 2 nº13, agosto 2005. Agradecemos o envio deste periódico que é de grande valor para nossos alunos e professores em suas pesquisas. Com certeza ele será divulgado em nossa instituição.

**Janete Miti Chihaya**  
Bibliotecária da Unicentro - Universidade Estadual do Centro-Oeste - Biblioteca Central - Setor de Intercâmbio  
Guarapuava - PR



Agradecemos o envio da revista Paraná Cooperativo que está sendo de grande valia para esta instituição e seus alunos.

**UNIOESTE - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ**  
Marechal Cândido Rondon - PR



Em recente visita à Assembléia Legislativa do Paraná, tomei conhecimento da revista Paraná Cooperativo editada por esta entidade. Gostaria de manifestar meus cumprimentos pela brilhante publicação, tanto pelas informações contidas como pela forma visual em que se apresenta, com notícias sobre o cooperativismo que tanto tem ajudado a desenvolver este nosso Estado. Meus cumprimentos a toda equipe de imprensa da Ocepar e também à sua diretoria pela iniciativa em apoiar este importante veículo de informação, que, com certeza, veio para ficar.

**José Roberto Martins**  
Araucária - PR

## Suplementos Minerais Copagrill

Uma grande parceria sempre gera um bom resultado. Por isso, a Copagrill, em parceria com a Nutron desenvolveu os Suplementos Minerais Copagrill: Vitaminado e Tamponado.



## Coopavel: “Melhor Empresa do Agronegócio Nacional”

A segunda edição do ranking “As Melhores da IstoÉ Dinheiro” apontou a Coopavel Cooperativa Agroindustrial, com sede em Cascavel, como a melhor empresa do País no setor agropecuário. O prêmio foi entregue em São Paulo, no último dia 15 de setembro, durante evento realizado no Jockey Club. Dilvo Grolli recebeu o troféu das mãos do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, diante de diversas autoridades, entre as quais, o vice-presidente da República, José de Alencar, o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles e os ministros Silas Rondon Cavalcanti e Silva (Minas e Energia), Hélio Costa (Comunicações), Ciro Gomes (Integração Nacional), Paulo Bernardo (Planejamento, Orçamento e Gestão), Jacques Wagner (Trabalho e Emprego) Gilberto Gil (Cultura) e Nelson Jobim (Previdência).



## Homenagem a Ocepar

Durante a solenidade de abertura da 20ª Exposição de Gado Holandês de Witmarsum – Expowit, realizada no dia 17 de setembro, a diretoria da cooperativa Witmarsum, através do seu presidente, Artur Sawatzki prestou uma homenagem ao presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski com a entrega de uma placa. Artur fez questão de ressaltar que era uma simples, mas justa homenagem que os produtores cooperados da Colônia Witmarsum prestavam. “Podemos afirmar com toda certeza, de que as cooperativas paranaenses se orgulham do trabalho que a Ocepar realiza, através da liderança de João Paulo Koslovski, na defesa intransigente dos interesses do sistema.”, lembrou.

## Negócios com a Coreia do Sul

O embaixador da Coreia do Sul, Sang-Eun Park, esteve reunido no dia 22 de setembro na sede da Ocepar, com o superintendente, José Roberto Ricken e com o superintendente ajunto, Nelson Costa. Com uma população de aproximadamente 47 milhões de habitantes a Coreia do Sul tem interesse em fazer negócios com as cooperativas paranaenses, principalmente para importação de carnes de frango, bovino e suíno. Hoje o país é um grande parceiro comercial do Brasil, principalmente na importação de ferro e na exportação de tecnologia (aparelhos eletrônicos e celulares). “Queremos ter contato direto com os produtores e acreditamos que as cooperativas são a melhor forma de viabilizar isso”. Segundo o embaixador, seu País quer fazer negócios, mas sem a interferência de trading. “Queremos comprar, mas também remunerar melhor os produtores, aqueles que realmente produzem”, falou.



## Livro retrata os 40 anos da Lar

Durante evento em comemoração aos 40 anos de sua fundação, completados no dia 20 de setembro, a Cooperativa Lar de Medianeira lançou um livro que conta a história destas quatro décadas de muito trabalho, perseverança e sucesso. A publicação “Lar na História. Os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar”, contém 200 páginas e foi escrita pelo professor e historiador Roberto Marin. Por mais de 12 meses, Marin pesquisou arquivos, entrevistou mais de 50 pessoas, entre pioneiros, dirigentes e funcionários, consultou os livros de atas e todas as edições do “Informativo Cotrefal”, “Lar Sicredi” e “Jornal da Lar”. Também refez o caminho dos agricultores gaúchos, todos católicos e de origem alemã que fundaram a Cooperativa na vila de Missal no dia 19 de março de 1964, seus presidentes até o processo de agroindustrialização.



# O desestímulo à triticultura nacional

Falta de política pública e impossibilidade de concorrência com moinhos argentinos ainda são os grandes entraves para o desenvolvimento da triticultura brasileira. Parece que 17 anos não foram suficientes para o governo tomar uma decisão acertada em busca da auto-suficiência nacional deste cereal tão importantes para a alimentação de brasileiros e brasileiras. A edição de abril de 1988 do Jornal Paraná Cooperativo (veja foto) sinalizava para a iminente crise no campo. A matéria desmascarava o argumento do governo federal de que importar trigo era uma necessidade. Na

época, se alegava que o custo do trigo argentino era mais barato que o nacional, porém, um estudo realizado pelo Departamento Econômico da Ocepar, comprovou o contrário e trouxe à tona a verdade.

A carência sucessiva de incentivos atingiu um quadro crítico: desinteresse dos compradores pelo produto brasileiro, ofertas de preços abaixo dos custos de produção, descumprimento da lei de garantia de preço mínimos e grandes quantidades de trigo estocadas. A estimativa da atual produção brasileira de trigo é de 4,8 milhões de toneladas. Agora, representantes dos agricultores temem que a persistência do

desestímulo traga conseqüências ainda maiores para o próximo plantio.

As autoridades não podem alegar desconhecimento da gravidade da situação, afinal, tanto na crise de 88, quanto agora, na de 2005, a Ocepar redigiu e encaminhou documento relatando o problema e sugerindo medidas de correção. O último documento foi elaborado no dia 20 de setembro, onde a Ocepar, Faep e Seab relatam as dificuldades do setor e pedem medidas urgentes. Enquanto aguardam uma decisão, produtores e entidades alimentam a esperança de não mais assistir a repetição deste velho filme.



Leite  
**Polly**

FAZER PARTE DA VIDA DAS PESSOAS.

A GENTE SABE O QUANTO ISSO É IMPORTANTE.

Referência nacional de qualidade no processamento do leite e na fabricação de seus derivados, a Confepar investe continuamente em tecnologia e capacidade de produção. Os produtos da marca Polly estão presentes na vida de milhares de consumidores que têm na assinatura Confepar a sua referência de qualidade e de confiabilidade.



Produtos Polly.  
Leite Pasteurizado | Leite em Pó | Leite Longa Vida | Bebidas Lácteas.

Qualidade para uma vida melhor.

Qualidade  
**CONFEPAR**

[www.leitepolly.com.br](http://www.leitepolly.com.br)

Comece  
bem o  
seu dia.



A Frimesa, sempre pensando em você, acaba de elaborar mais 4 delícias: **iogurtes em copo**. De consistência cremosa, em 4 maravilhosos sabores e de indiscutível qualidade, eles foram feitos especialmente para te fazer companhia a qualquer hora do dia.

Aproveite e já comece bem o seu dia.  
Comece com iogurtes Frimesa.

**Frimesa**

**Tem gosto de amizade.**

[www.frimesa.com.br](http://www.frimesa.com.br)